UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PAUTA: COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E ALIMENTAÇÃO.

LUNA MEIRELLES CAMPOS ROSA

Rio de Janeiro
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PAUTA: COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E ALIMENTAÇÃO.

Monografia submetida à Banca de Graduação como requisito para obtenção do diploma de Comunicação Social – Jornalismo.

LUNA MEIRELLES CAMPOS ROSA
Orientadores: Prof. Dr. William Dias
Prof.ª Dra. Ana Paula Goulart

Rio de Janeiro
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinalada, avalia a Monografia **Mudanças climáticas em pauta: comunicação, sustentabilidade e alimentação**, elaborada por Luna Meirelles Campos Rosa.

Monografia examinada em:
Rio de Janeiro, .../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profª. Dra. Ana Paula Goulart
Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof.ª Dra. Maria Helena Junqueira
Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Evandro Ouriques
Pós-doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Departamento de Expressão e Linguagens da Escola de Comunicação - UFRJ

Rio de Janeiro
2010

ROSA, Luna Meirelles Campos. **Mudanças climáticas em pauta: comunicação, sustentabilidade e alimentação**. Orientadores: Prof. Dr. William Dias e Profª. Dra. Ana Paula Goulart. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

O trabalho pretende problematizar a ideia de desenvolvimento sustentável e mostrar como o sistema capitalista contribui fortemente para as mudanças climáticas. Pretende também abordar o vasto conceito de sustentabilidade e a sua apropriação pela mídia, pelo discurso corporativo, pelo Estado e pelo discurso ambiental. Levando em consideração todos esses pontos de vista e a partir da observação da natureza, dos valores humanos e do funcionamento do organismo humano, explicito o meu entendimento sobre o que acredito ser, de fato, um mundo sustentável. Falo sobre alguns movimentos ambientais de grande repercussão e analiso a cobertura midiática dos mesmos, buscando abordar qual é o papel do jornalismo ambiental. Resgato pontos importantes (alguns até esquecidos na maioria dos debates usuais sobre o tema) para a discussão e implementação do conceito, tais como: economia, a ruptura com o modelo vigente, valores humanos, consumo consciente, produção de lixo, desperdício, a problemática da água, da fome, a importância de energias renováveis, a questão da agricultura, do transporte, da poluição e da alimentação.

Agradecimentos:

Aos meus pais, que me proporcionaram a vida e todas as ferramentas para que eu me tornasse um ser humano livre, simples, com valores bem definidos, sempre em prol da igualdade, justiça e compaixão. A eles que me deram os melhores abraços e carinhos e os mais sinceros conselhos. Gratidão.

Ao Guruji, fundador da Arte de Viver, meu Guru, por me (re)lembrar a essência da vida: o amor puro e incondicional por tudo e por todos; e a todos os Seres de Luz que fazem parte dessa mesma trajetória e que me ensinam muito com seus conhecimentos, gestos e sorrisos. A caminhada nessa vida fica bem mais fácil com vocês ao meu lado!

Aos meus orientadores, William Dias e Ana Paula Goulart, e a todos que, de alguma forma, me apoiaram, me incentivaram ou até me desestimularam. Tudo isso me fez chegar até aqui.

À consciência planetária que está surgindo e se disseminando numa velocidade que será cada vez mais rápida a partir deste ano, por fazer essa sementinha brotar no meu ser. O movimento da nova era vem em paz, em prol da vida! A semente da Nova Terra já está sendo plantada no coração de cada um. Observe e absorva! Somos todos um!

A mim, por perceber, compreender, aceitar e evoluir com tudo isso. Por superar essa etapa tão decisiva da minha vida e, finalmente, conseguir encerrar mais um ciclo da minha existência nesse planeta.

Jai Gurudev!

Este trabalho é dedicado a todos que VIVEM
e não apenas sobrevivem e a todos que
lutam por um mundo melhor!

"A economia capitalista precisa ser superada.
Sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora,
desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo
mais às potencialidade do tempo presente." (CATTANI, 2003:9)

"Observe e absorva
Seus olhos só podem ver o que existe dentro de você
Você é do tamanho do seu sonho." (Anônimo)

"Seja a mudança que você quer ver
no mundo." (Mahatma Gandhi)

SUMÁRIO

	p.
1. INTRODUÇÃO	1
2. SUSTENTABILIDADE X DESENVOLVIMENTO	7
2.1 Contextualizando	7
2.2 Um conceito, múltiplas interpretações	8
2.3 *Des-envolvimento* sustentável: uma questão a se pensar	10
2.4 Sustentabilidade: mais que um conceito, um estilo de vida	13
2.4.1 Um pouco de história	13
2.4.2 Pausa para reflexão	14
3. JORNALISMO AMBIENTAL NO BRASIL	16
3.1 A função do jornalismo ambiental	16
3.2 A problemática do tempo nas redações	19
3.3 Mudanças climáticas, e a mídia com isso?	21
3.4 A mídia na berlinda	23
3.5 O futuro em xeque	25
4. PANORAMA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL	26
4.1 A natureza lá e eu aqui	26
4.2 Uma questão de conscientização	27
4.3 Agricultura sustentável	28
4.4 Repensando a alimentação	30
4.5 O petróleo e as energias renováveis	36
5. INSUSTENTABILIDADE DO MODELO CAPITALISTA	39
5.1 O paradoxo da economia	39
5.2 Superação do capitalismo	41
5.3 O papel dos meios de comunicação	42
5.3.1 A criação de necessidades	43
5.4 O discurso corporativo	46
5.4.1 Responsabilidade social ou sustentabilidade?	46

5.4.2 Discurso corporativo na mídia 48
5.5 Promovendo a sustentabilidade 49
5.5.1 Sistemas de fiscalização 50
5.5.2 Pegada Ecológica: crescimento da população e aquecimento global 51

6. MOVIMENTOS A FAVOR DO MEIO AMBIENTE: COBERTURA JORNALÍSTICA 56
6.1 Rio 92 53
6.2 Conferência das Partes 59
6.2.1 Protocolo de Kyoto 59
6.2.2 Desdobramentos do Protocolo de Kyoto e as outras COPs 62
6.3 Rio + 10 64
6.4 Avaliação Ecossistêmica do Milênio 65
6.5 COP 15 67

7. CONCLUSÃO 72

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 78

1. Introdução

Os fenômenos naturais agravados pelo aquecimento global desenfreado, resultante de ações antropogênicas, intensificam o efeito estufa, que eleva a temperatura do planeta, provocando o derretimento das calotas polares e, consequentemente, o aumento do nível dos oceanos. As mudanças climáticas resultam ainda em cataclismos cada vez mais frequentes, intensos e devastadores, como os tsunamis, ciclones e tornados que destroem ilhas e cidades inteiras; chuvas fortíssimas e constantes que causam enchentes e desabamentos e, em outros lugares, a ausência de precipitações que ocasiona longos períodos de seca.

Mas o efeito estufa não é o vilão dessa história. Ele é um processo natural, responsável por aquecer a Terra e tornar a vida aqui possível. O que ameaça alterar o equilíbrio do planeta é a poluição excessiva gerada pelas indústrias e pelo estilo de vida burguês, que aumenta as emissões de gases para a atmosfera tornando-a cada vez mais espessa. E, isso sim, resulta em uma maior retenção de calor sobre a superfície terrestre e, como consequência, em mais alterações climáticas.

O 4º Relatório do IPCC[1], publicado em 2007, aponta um aumento máximo de 2ºC na temperatura até 2100, em relação ao período pré-industrial, e a redução da concentração de carbono para 350ppm. Isso significa a redução das emissões de gases-estufa em 80% até 2050, chegando a seu pico entre 2013 e 2017 e caindo em seguida. No entanto, se a temperatura da Terra aumentar mais do que 2º C, as alterações climáticas sairão completamente do controle[2].

É preciso, no entanto, lembrar que todas as situações têm seus pontos positivos e negativos, e assim também o é com as mudanças climáticas que podem ser boa para uns e ruim para outros. Enquanto os moradores dos países mais pobres da África devem ser os mais prejudicados com os impactos do clima, que deve agravar a fome e facilitar a propagação de doenças como a malária, os russos talvez estejam na torcida para que a temperatura média da Terra suba e permita o cultivo agrícola em áreas hoje cobertas por gelo. Tudo é relativo. Mas a instabilidade climática certamente é preocupante.

Neste trabalho, pretendo abordar como a sustentabilidade pode ajudar a reduzir os impactos ambientais provocados pelas mudanças climáticas e, mais ainda, como ela

[1] Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change), órgão que reúne os mais renomados cientistas especializados em clima do mundo.
[2] Idem.

pode melhorar a nossa qualidade de vida no planeta. Utilizei como embasamento teórico uma vasta bibliografia da qual considero três autores essenciais: André Trigueiro, jornalista e ambientalista, ganhador de inúmeros prêmios e referência quando o assunto é sustentabilidade; Porto-Gonçalves, doutor em geografia pela Universidade Federal Fluminense e detentor de ideias relevantes sobre meio ambiente, vida e sustentabilidade; e o sociólogo Antonio Cattani que, assim como eu, acredita na possibilidade de uma outra economia.

Outros três autores não tão citados, mas de igual importância para o desenvolvimento das ideias deste projeto foram: o médico Alberto Gonzalez, que possui um conhecimento incrível e inspirador sobre alimentação viva; Sri Sri Ravi Shankar, líder humanitário que desenvolve projetos baseados no resgate dos valores humanos e cursos de gerenciamento de estresse para a melhoria da qualidade de vida do Ser; e James Lovelock, que possibilitou ao mundo conhecer o que apenas uns poucos enxergavam: o planeta Terra como um ser vivo, respirando, com um sistema auto-regulador, como uma verdadeira Mãe, geradora da Vida, como Gaia.

O conceito de sustentabilidade é bem vasto e ao longo do trabalho eu irei, além de citar diferentes pontos de vista, expor o meu entendimento sobre o que é a sustentabilidade. Essa necessidade de esclarecer o termo surgiu da observação das diversas formas de apropriação do conceito, principalmente pelo discurso corporativo. Isso é extremamente preocupante, pois são as indústrias - e tudo o que está a elas relacionado - as maiores responsáveis pelo aquecimento global.

Procurarei compartilhar com o leitor informações que considero relevantes e necessárias sobre a sustentabilidade, mas que quase não são divulgadas pela mídia. Algumas ideias que irei expor ao longo do trabalho, como a maneira com que a alimentação contribui para a destruição do planeta, ficam esquecidas inclusive na maioria dos debates, fóruns e congressos de comunicação e sustentabilidade.

A sustentabilidade, mais do que um conceito, é um estilo de vida. É, portanto, praticamente impossível praticar a sustentabilidade no mundo se o indivíduo não aplica os conceitos sustentáveis na sua própria vida. Como observou Leonardo Boff[3], a mudança real começa dentro de nós, vai do micro (nosso organismo) para o macro (o meio ambiente). Em nossa casa, utilizamos uma infinidade de produtos não

[3] Ideia apresentada no III Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade, em maio de 2010, no Museu de Arte Moderna, no Rio de janeiro.

sustentáveis. Já se perguntou de onde vêm todas as coisas que gostamos e para onde vão quando queremos nos desfazer delas?

O caminho parece simples: da extração para a produção, para a distribuição, para o consumo e para o tratamento de lixo. Isso se chama a 'Economia de Materiais'. Acontece que esse é um sistema linear e nós vivemos num planeta finito e não se pode gerir um sistema linear num planeta finito, pois durante as etapas desse processo a vida vai se chocando com seus limites. Por isso, esse é um sistema em crise.

Dele, fazem parte a sociedade, suas culturas, economias e o ambiente. O que temos feito é cortar as árvores, arrebentar as montanhas para a extração de metais, consumir toda a água e exterminar os animais: estamos ficando sem recursos naturais. A extração da natureza nada mais é do que uma palavra pomposa para a exploração de recursos naturais, que é uma palavra pomposa para destruir o planeta. Na Amazônia, perdemos duas mil árvores por minuto - o equivalente a um campo de futebol por minuto. Durante apenas as três últimas décadas foram consumidos 33% dos recursos naturais da Terra.[4] Cortamos, minamos, perfuramos e destruímos o planeta tão depressa que estamos debilitando sua capacidade de sustentar o nosso modo de vida.

Passando da etapa da extração, as matérias primas seguem para a produção. Nas indústrias, a energia é utilizada para misturar químicos tóxicos aos recursos naturais e produzir produtos contaminados com tóxicos. Há no comércio atualmente mais de 100 mil químicos sintéticos e apenas alguns poucos foram testados para avaliar seus impactos na saúde. As toxinas saem das fábricas como produtos e como poluição. Nos EUA as indústrias admitem liberar mais de 1 milhão e 800 mil quilos de lixos tóxicos por ano[5]. Grande parte dessa poluição se espalha com o vento e atinge o mundo inteiro. Essas toxinas vão se acumulando ao longo da cadeia alimentar e se concentram em nossos corpos.

Outra consequência da erosão dos ecossistemas e do fim das economias locais é o fluxo constante de pessoas sem alternativas. No mundo, há 200 mil pessoas por dia[6] se deslocando de ambientes que a sustentaram ao longo de gerações para cidades onde muitas vezes vivem em condições precárias, à procura de emprego. Ao longo desse sistema, não só os recursos são desperdiçados, mas também pessoas e culturas: comunidades inteiras são desfeitas.

[4] Informação retirada do documentário "The story of stuff" (A história das coisas).
[5] Idem.
[6] Ibid.

Depois que os recursos naturais são transformados em produto chega-se à fase de distribuição. O que significa vender todo o lixo contaminado com toxinas o mais rápido possível. O objetivo é manter os preços baixos para ter pessoas comprando os produtos em constante movimento. O grande vilão do sistema capitalista é o consumo. Ele é "tão importante" no modelo econômico vigente, que protegê-lo se tornou a prioridade dos governos e corporações. Isso é tão absurdo, que após os atentados de 11 de setembro de 2001 aos EUA, quando dois aviões atingiram o World Trade Center em Nova York e toda a população estava em choque, o presidente George Bush sugeriu que os americanos fossem às compras.

Os EUA se tornaram uma nação de consumidores. E assim também a maioria das nações ao redor do mundo que, influenciadas pela globalização, tem seus hábitos e estilos de vida baseados no padrão norteamericano de consumo. Hoje, em vários lugares, o valor das pessoas é medido e demonstrado pelo quanto elas consomem. E para o sistema capitalista, quem não possui nem compra muitas coisas não tem valor.

A porcentagem dos produtos que circulam através do sistema de extração, produção, distribuição e consumo e ainda são usados seis meses após sua etapa final é mínima, aproximadamente 1%. Ou seja, 99% de tudo o que cultivamos, processamos, transformamos, enfim, de tudo que percorre esse sistema, vira lixo em menos de seis meses. Como é possível gerir um planeta com esse nível de rendimento?

Os elementos não sustentáveis são todos aqueles que têm lixo associado a eles (embalagens, plástico, garrafas, tampas etc.) e para a sustentabilidade ser de fato praticada, deve-se repensar a utilização desses produtos, que prejudicam não apenas a nossa saúde, mas interferem também no modo como lidamos com o meio ambiente e acabam por atingir proporções muito maiores, como as mudanças climáticas, por exemplo. É tudo um ciclo e está tudo interligado.

Começarei este trabalho explicando a origem da sustentabilidade e apresentando suas múltiplas interpretações. Como, mais do que um conceito, trata-se de um estilo de vida. Citarei civilizações antigas que já praticavam a sustentabilidade milhares de anos antes dessa palavra surgir. No primeiro capítulo, pretendo também questionar e desconstruir a ideia de desenvolvimento sustentável – que é paradoxal.

O segundo capítulo será reservado para o jornalismo ambiental no Brasil. Explicarei o seu surgimento, como é sua abordagem e qual a função que os profissionais dessa área devem desempenhar. Procurarei mostrar a importância que a mídia tem em conscientizar a população sobre as causas da mudança climática e como reduzir os

impactos desta. Também analisarei a cobertura jornalística de meio ambiente e exporei algumas previsões preocupantes consequentes do aquecimento global.

O capítulo seguinte irá focar as questões ambientais. Falarei sobre as consequências de acharmos que estamos dissociados da natureza quando, na verdade, somos parte integrante do meio ambiente e vice-versa. Daí a importância de preservá-lo. Ter um sentimento de pertencimento pelo lugar onde se vive e pelas pessoas que o rodeiam também faz parte da sustentabilidade, que preza a coletividade ao invés da individualidade.

Neste capítulo também explicarei pontos chaves para a implementação da sustentabilidade, como a questão da agricultura, da alimentação e das energias limpas e renováveis. Falarei sobre a importância do consumo consciente, a preocupação com o desperdício e com a produção de lixo, a problemática da água e da fome e, inevitavelmente, sobre a questão demográfica, desmistificando a teoria populacional malthusiana, que relaciona o crescimento da população com a fome. O problema não é a quantidade de gente no mundo, mas seus hábitos e estilos de vida.

No quarto capítulo, farei um passeio pela questão da economia que, ao se globalizar, destrói culturas e cria tensões permanentes nos territórios. Mostrarei como o estilo de vida predatório gerado pelo sistema capitalista e disseminado (e absorvido) pelos quatros cantos do mundo é insustentável. Falarei da necessidade de superação e ruptura com o modelo econômico vigente para que seja possível a continuação da existência humana na Terra. E irei reforçar a importância dos meios de comunicação na disseminação e esclarecimento das questões ambientais.

Este capítulo também explicitará a apropriação, interpretação e aplicação do conceito de sustentabilidade pelo discurso corporativo e sua repercussão na mídia. Buscarei esclarecer a diferença entre responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade, e tentarei explicar os sistemas de fiscalização existentes para regularizar e dar credibilidade às empresas que desenvolvem ações sustentáveis.

O quinto e último capítulo discorrerá sobre alguns movimentos em favor do meio ambiente e abordará a cobertura jornalística dos mesmos. No trabalho, eles aparecem em ordem cronológica. Aqui, porém, tomarei a liberdade de agrupá-los por edições. Começarei pela ideia de desenvolvimento sustentável, anunciada no *Relatório de Brundtland* (1987) e abordarei também os objetivos e desdobramentos da II e a III Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecidas como ECO 92 (ou Rio 92) e Rio + 10, respectivamente.

Explicarei o que foi a Avaliação Ecossistêmica do Milênio e listarei alguns de seus 24 serviços ambientais. Discorrerei ainda sobre as Conferências das Partes, principalmente a 3ª e a 15ª, em 1997 e em 2009, respectivamente, que considero as duas edições mais importantes.

Todos esses movimentos buscam incansavelmente preservar o meio ambiente e tornar o atual modelo econômico um pouco menos insustentável. Mas alguma melhoria efetiva só poderá de fato ocorrer quando houver uma mudança comportamental. E é isso que procurarei discutir ao longo do trabalho.

2. Sustentabilidade X desenvolvimento

2.1 Contextualizando

Sustentabilidade. Palavra que caracteriza um modelo de vida muito antigo, mas que assume um significado ainda tão desconhecido pela sociedade contemporânea que é até grifada de vermelho pelo Word quando a digitamos no computador. O termo surgiu há aproximadamente 20 anos, quando a ONU retomou o debate sobre as questões ambientais, convocando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento para estudar o assunto. Os estudos resultaram na elaboração do *Relatório Brundtland*, que estabeleceu um novo conceito de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

O *Relatório Brundtland* faz parte de uma série de iniciativas que criticam o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de recuperação dos ecossistemas. Em suma, ele aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

Os danos que a demanda por recursos não renováveis pode causar já vêm sendo percebidos há muitos anos e foi um dos temas abordados pelo Clube de Roma ainda na década de 1960. O grupo, formado por empresários e executivos transnacionais, produziu um documento, intitulado *The limits to growth* (os limites do crescimento), que assinalava o tempo necessário para o esgotamento dos recursos naturais, caso fossem mantidas as tendências de crescimento existentes já naquela época.

O desenvolvimento sustentável surgiu como resposta ao esgotamento de um modelo que o relatório brasileiro para a Rio 92 descreveu como “ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto” (TRIGUEIRO, 2009: 15). Vivemos na era do consumo desenfreado, do exagero, do desperdício. Sem dúvidas, o desenvolvimento econômico e tecnológico encaminha a sociedade em direção a um abismo - e as chances de não cair nele são cada vez mais remotas.

Desde o século passado, temos ferramentas para comprovar o que há muito tempo já sabemos: o aumento da demanda por recursos não renováveis, a falta de sintonia e a agressão do homem para com o meio ambiente estão causando danos talvez

irreversíveis à Terra. E já sofremos as consequências desse impacto, vide todos os cataclismos que têm ocorrido nos últimos anos e cada vez com mais frequência.

É preciso mudar. Mudar a consciência, os valores e repensar nossos hábitos e atitudes. O novo modelo de desenvolvimento requer um horizonte de planejamento que vai além das necessidades e aspirações das populações atuais e exige, de imediato, a integração das questões ambientais, sociais e econômicas. Sem dúvidas, o jornalismo assumirá um papel importantíssimo nesse processo.

Aprimorar a cobertura jornalística para esclarecer a sociedade sobre a complexidade que envolve as mudanças climáticas é o grande desafio dos meios de comunicação no mundo, especialmente no Brasil, em função do baixo investimento dos veículos de comunicação na formação de seus profissionais. Prestar uma informação clara, objetiva e capaz de promover mudanças de postura da sociedade, além de incentivar a criação de políticas públicas de enfrentamento das consequências desse fenômeno, vai depender, cada vez mais, de difusão contextualizada das noticias sobre meio ambiente.

2.2 Um conceito, múltiplas interpretações

Por ser um conceito ainda muito recente e como é praticamente impossível um desenvolvimento plenamente sustentável, a sustentabilidade dá margem a variadas definições. Empresas, governos, ONGs, mídia, teóricos e sociedade, cada grupo a interpreta da maneira que lhe é mais conveniente.

O discurso corporativo, por exemplo, na maioria dos casos, sugere que a sustentabilidade priorize o progresso social e econômico, deixando um pouco de lado a preocupação ambiental, que é a principal base de origem do conceito. Não existe interpretação certa ou errada. O que existe, às vezes, é uma desvirtuação (proposital) do conceito por parte de algumas empresas, para melhor atender aos seus objetivos.

A Constituição Federal Brasileira – a primeira no mundo a reservar um capítulo inteiro ao meio ambiente – reza que “todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-

lo para as futuras e presentes gerações" [7]. De acordo com a legislação, sustentabilidade significa: "exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável" [8]. Já para a bióloga Patrícia Mousinho, a definição do conceito é um pouco mais ampla:

> "Se inicialmente o desenvolvimento sustentável pretendia ser abrangente ao englobar não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais, hoje, esta perspectiva é bastante mais ampla, e a noção de sustentabilidade adotada pela Agenda 21 Brasileira incorpora as dimensões ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Trata-se de um conceito cuja definição suscita muitos conflitos e mal entendidos, refletindo as diferentes visões de mundo dos diversos atores envolvidos no debate. Muitas vezes é enfocado numa visão reformista de reafirmação do modelo atual, apenas como melhor gerenciamento de seus custos sociais e ambientais sem incorporar a participação pública". (MOUSINHO in TRIGUEIRO, 2003: 348-349)

Eu compartilho da ideia de que para haver sustentabilidade deve haver integração e harmonia do homem com a natureza. O foco da sustentabilidade deve ser a preservação ambiental, mas é importante haver um equilíbrio entre todas as faces envolvidas. A sociedade é parte integrante e não dissociada do meio ambiente.

As relações comerciais e as práticas de trabalho poderiam se basear em qualquer outra lógica que não a do capital – que é a utilizada no modelo econômico vigente. A preocupação com os lucros materiais não pode se sobressair à preocupação para com as causas ecológicas. A essência do desenvolvimento sustentável consiste em "atender às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades" (BELLEN, 2007: 23).

Portanto, é preciso ter cautela na utilização dos recursos naturais. Como disse Leonardo Boff no III Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade[9]: "Não queremos o meio ambiente, e sim o ambiente inteiro!" e acrescentou que "sustentabilidade é o equilíbrio de todos os elementos: água, ar, fogo, terra...".

O teólogo fez ainda outras observações muito interessantes e reflexivas sobre a preservação ambiental, como a dificuldade de não se causar impacto e degradação ambiental hoje em dia. Disse que podemos diminuir a velocidade da destruição

[7] (CFRB - CAP.VI – ART.225) - www.planalto.gov.br – acessado em junho de 2010.
[8] Idem (CFRB - CAP.VI – ART.225; § 1º, inc.VII – Reg. Lei Nº 9.985 – CAP.I, art.2º, inc.XI).
[9] Em maio de 2010 no Museu de Arte Moderna, no Rio de janeiro.

mudando hábitos e passando a cuidar da nossa Mãe Terra. Segundo ele, não podemos chamar só de Terra, mas sim de Mãe Terra, pois mãe a gente não machuca, não vende.

Boff questionou também como o estômago da Terra vai digerir todo esse impacto causado pelo ser humano e lembrou que tudo aquilo que a gente cuida dura muito mais. Ele falou da necessidade de se fazer uma revolução molecular, de dentro para fora, do nosso micro (nosso corpo) para o nosso macro (a Mãe Terra), da importância de nos reunirmos para trocarmos experiências de ação e não só de discurso e acrescentou dizendo que precisamos dar um fim não ao mundo, mas a este mundo de egoísmo, hedonismo, materiais descartáveis, consumo desenfreado e inconsciente.

Seja qual for a corrente de pensamento e o modo de interpretação e aplicação do conceito, todos os campos concordam que o modelo de vida atual é totalmente insustentável. Poucos enxergam, no entanto, que desenvolvimento e sustentabilidade são dois movimentos ainda incompatíveis.

2.3 *Des-envolvimento* sustentável: uma questão a se pensar

A sociedade capitalista está dominada por um pensamento que prega que tempo é dinheiro e que o progresso e a evolução só são possíveis com o desenvolvimento econômico e tecnológico. Para iniciar qualquer mudança, será necessário, então, desconstruir a própria ideia de desenvolvimento.

Quando se fala em países desenvolvidos, a maioria das pessoas pensa imediatamente nos países de ‘Primeiro Mundo’, econômica e tecnologicamente mais evoluídos. Já os ‘subdesenvolvidos’, de ‘Terceiro Mundo’, são aqueles que ainda não dispõem de tais “avanços”. Entre aspas porque, se interpretado de outra maneira, esses avanços podem significar retrocessos. Afinal, um avanço que caminha contra nossa própria existência não pode ser considerado progresso.

Ao chamar um país de ‘desenvolvido’ ou ‘subdesenvolvido’, bem como ‘de primeiro’ ou de ‘terceiro mundo’, estamos reproduzindo uma visão de mundo imperialista que nos é imposta desde que nascemos e começamos a estudar. Tais termos são subterfúgios da mente colonizadora para a dominação. O desenvolvimento econômico não pode ser visto como a superação do subdesenvolvimento. Se pararmos para refletir, ao reproduzirem os modos de vida do ‘primeiro mundo’, os países

‘subdesenvolvidos’ apenas reiteram a colonialidade que pretendiam combater ao iniciarem a busca pelo desenvolvimento.

Ao falar em desenvolvimento, quase ninguém leva em consideração o desenvolvimento da espiritualidade, por exemplo. Nesse aspecto, a Índia seria o país mais desenvolvido da humanidade, pois são de lá a maioria dos mestres espirituais que pregam, independentemente da religião de cada pessoa, a filosofia da vida, que consiste no amor incondicional, na harmonia da mente com o corpo, na evolução do espírito, na prática do desapego, da aceitação etc.

Por tudo isso, é muito claro que a denotação da palavra desenvolvimento assuma predominantemente um cunho econômico. A disseminação desse tipo de desenvolvimento é feito da maneira mais conveniente para a sociedade capitalista, que prega a individualidade em vez da coletividade e valoriza o campo material mais do que qualquer outro, incentivando o acúmulo de bens e riquezas. Essa acumulação de capital assegura a inserção subordinada na esfera social e garante acesso à sociedade de consumo alienado. Porto-Gonçalves elucida isso em seu livro “O desafio ambiental”, quando diz que:

> “*Des-envolver* é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações entre si e com a natureza. É não só separar os homens da natureza, como também separá-los entre si, individualizando-os. Na medida em que se *des-envolve*, se envolve cada um (dos desterritorializados) em uma nova configuração societária: a capitalista”. (PORTO-GONÇALVES, 2004: 39)

A ocupação dos territórios da maneira como foi feita se torna, portanto, o grande desafio ambiental contemporâneo, pois comporta a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço. A lógica da economia mercantil, comandada pelo dinheiro, implica em uma dinâmica espacial que *des-envolve* os lugares, regiões e seus povos e culturas.

O problema está no sistema que dita e na sociedade que acredita que todos devem ter direito ao desenvolvimento tal como é feito, o que acaba se transformando em imposição, em vez de opção. O desenvolvimento só é saudável quando se mantêm as necessidades e os estilos de vida de cada sociedade. É importante que a cultura e a identidade de cada nação sejam preservadas. A natureza é diversa e, portanto, também o homem o é.

Na época moderna, a hegemonia da sociedade burguesa capitalista pode destruir outras culturas, ideais e até civilizações. Marx já apontava para isso, quando disse que o problema não estava no desenvolvimento em si, mas no caráter necessariamente desigual em que se fundava o desenvolvimento capitalista.

Sem dúvidas, todos deveriam ter direito à educação, saúde, moradia, infra-estrutura e até à tecnologia, porque não? No entanto, há diferentes formas de sermos iguais. A globalização e todos os novos padrões, artefatos e valores que ela propicia não deveriam anular e extinguir os hábitos e tradições culturais pré-existentes. Quando se questiona a desigualdade, o objetivo parece ser a igualdade. Esquecemos, porém, que a noção de igualdade não se contempla apenas com o desenvolvimento.

> "O aparente absurdo só o é na medida em que a colonização do pensamento nos fez crer que há povos atrasados e adiantados, como se houvesse um relógio que servisse de parâmetro universal. Assim, se confundem luta contra a injustiça social com luta pela igualdade, conforme uma visão eurocêntrica, enfim, um padrão cultural que se crê superior e, por isso, passível de ser generalizado. Com isso, contribui-se para que se suprima a diferença, a diversidade, talvez o maior patrimônio da humanidade". (PORTO-GONÇALVES, 2004: 26)

A difusão dos padrões de vida europeu e norteamericano pelo mundo torna a vida na Terra impossível. Por si só esses países já possuem um estilo de vida que, a longo prazo, seria incapaz de se sustentar. Isso se intensifica quando essa cultura do consumo é absorvida por todas as outras.

Conclui-se, então, que nessa sociedade capitalista impulsionada pelo consumo não há como o desenvolvimento ser sustentável, posto que a ideia de progresso e desenvolvimento é rigorosamente sinônimo de dominação da natureza. Ser desenvolvido é ser urbano, industrializado, enfim, afastado da natureza. Mas há limites para essa dominação!

A sociedade contemporânea se vê, portanto, diante de um desafio técnico, político, jurídico e também civilizatório, no qual só seria possível alguma mudança com a ruptura do modelo econômico vigente. É necessário resgatar os valores humanos para que parem de se desenvolver técnicas de dominação da natureza.

Segundo Sri Sri Ravi Shankar, líder humanitário indicado duas vezes ao Nobel da Paz, "apenas a espiritualidade pode nutrir os valores humanos. A educação correta é

aquela que cria em cada pessoa um sentido de pertencer ao mundo inteiro"[10]. É isso que falta na sociedade. É disso que precisamos para nos integrarmos à natureza e ficarmos mais próximos do outro. O desenvolvimento sustentável só será viável quando houver uma mudança no entendimento do que é evolução e do que é progresso; quando se mudar o foco.

2.4 Sustentabilidade: mais que um conceito, um estilo de vida

2.4.1 Um pouco de história

A sustentabilidade faz parte da essência do homem. É a maneira mais correta de se viver: integrado à natureza. Afinal, natureza e homem não estão dissociados, nós fazemos parte dela.

A existência de comunidades auto-sustentáveis data desde muito antes do aparecimento desse termo. Há indícios de uma civilização totalmente sustentável, que viveu na região de Qumran, perto do Mar Morto, séculos antes de Cristo, conviveu com Jesus e desapareceu nas mãos do Império Romano setenta anos após sua crucificação. A cultura do povo essênio, como são chamados, foi (re)descoberta no sítio arqueológico de Qumran a partir de *Manuscritos* ou *Pergaminhos do Mar Morto,* documentos que datam de mais de 2 mil anos e detalham a vida desse povo ancestral.

De acordo com as pesquisas do médico Dr. Alberto Peribanez Gonzalez[11], os essênios tinham como traço marcante a simplicidade, a saúde e a longevidade. Eram vegetarianos e colhiam das areias do deserto tudo o que precisavam para se alimentar. Como havia fartura de alimentos, eles dividiam tudo e não conheciam a fome, doenças ou miséria. Também não havia distinção de classe social - eram praticantes da paz e da igualdade.

> "Viviam em paz com os povos vizinhos, seja porque sempre tinham mais a oferecer, seja porque nada tinham a cobiçar. Esse povo também estudava com afinco as ciências da cura com plantas medicinais, a educação e a astronomia; e possuíam uma profunda ligação com o plano divino". (GONZALEZ, 2008: 31)

[10] SHANKAR, Sri Sri Ravi. "Sabedoria para o novo milênio". 2 ed. Rio de Janeiro: Arte de Viver, 2008.
[11] Desenvolvidas no livro "Lugar de médico é na cozinha: cura e saúde pela alimentação viva".

Pode parecer utópico pensar em uma comunidade assim nos dias atuais, mas a cultura do povo essênio está na memória genética, cultural e espiritual da humanidade. Em algum momento de nossa história, fomos capazes de viver de maneira comunal, nos alimentando de acordo com a lei da natureza, plantando, colhendo e repartindo de forma consciente, germinando sementes em vez de cozinhá-las e dispensando o uso da carne. E há quem ainda consiga viver assim nos dias atuais. Essa é a melhor maneira de ser sustentável.

> "Há comunidades sustentáveis baseadas na alfabetização ecológica e na prática do projeto ecológico, compostas de redes ecológicas de fluxo de energia e matéria, em contraposição a um padrão dominante da ascensão do capitalismo global, composto de redes eletrônicas de fluxos de finanças e informação, que cria grandes exércitos de excluídos e gera um ambiente econômico, social e cultural que não apóia a vida, mas a degrada, tanto no sentido social quanto no sentido ecológico". (CAPRA in GONZALEZ, 2008: 34)

Em 1929, o escritor americano Ernest Callenbach, autor de 'livros verdes', já trazia ao público a ideia de "Ecotopia". Seus livros falavam sobre modos de vida que tinham como princípios básicos a integração ecológica do homem com o meio ambiente, tornando as questões ambientais e suas conexões com sistemas de valores humanos, padrões sociais e estilos de vida.

2.4.2 Pausa para reflexão

É incrível como a temática ambiental nos coloca diante de questões éticas, filosóficas e políticas. Há uma tendência a se achar que a tecnologia e a ciência são capazes de resolver todos os problemas do mundo, inclusive os ambientais. Seremos capazes de criar fontes alternativas de energia quando o petróleo acabar, novas fontes alimentícias quando a agricultura não for mais viável devido às mudanças climáticas e até novas formas de habitação para sobrevivermos às mudanças de temperatura do planeta.

Pensar em um novo sistema que propicie um modelo de vida mais sustentável nos desvia de um caminho fácil que nos foi oferecido: o de nos debruçarmos em soluções práticas e técnicas para resolver os problemas ambientais.

> “Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado. Existe uma crença acrítica de que sempre há solução técnica para tudo. Com isso, ignoramos que o sistema técnico inventado por qualquer sociedade traz embutido em si a sociedade que o criou, com as suas contradições próprias traduzidas nesse campo específico. Essa crença ingênua no papel redentor da técnica é uma invenção muito recente na história da humanidade – da Revolução Industrial pra cá – e faz parte do ideário filosófico do Iluminismo. Esses últimos duzentos anos culminam, hoje, com a necessidade de se repensar a relação da humanidade com o planeta. Vivemos a sociedade de risco (Giddens e Beck)”. (PORTO-GONÇALVES, 2004: 18)

O termo sociedade de risco surge para designar as contradições da sociedade moderna, posto que os riscos que a sociedade contemporânea corre são, em sua maioria, derivados da própria intervenção da humanidade e, particularmente, do sistema técnico científico, no planeta.

A verdade é que não há solução técnica para tudo e o planeta já começa a dar os primeiros indícios de que é preciso mudar os hábitos. Estamos rumando para um caminho sem volta e só a sustentabilidade seria capaz de amenizar os impactos que estão por vir.

Se pararmos para refletir quão pequena é a Terra em relação ao universo e que somos apenas uma dentre tantas espécies vivas de que nossas vidas dependem, começaremos a repensar o sentido da vida e quais são os limites da relação da humanidade com o planeta.

Apesar de dar margem a múltiplas interpretações, o conceito de desenvolvimento sustentável tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão ambiental.

3. Jornalismo ambiental no Brasil

3.1 A função do jornalismo ambiental

A busca pela sustentabilidade humana é o que incentiva e move o jornalismo ambiental. A ecologia orienta uma comunicação voltada para o que é essencial e comum a todas as pessoas. Independentemente da etnia, da religião, do regime político ou econômico, todos os seres humanos e as demais formas de vida na Terra compartilham da busca pela sobrevivência que, aliás, se tornou uma expressão pejorativa ao ser relacionada à vida selvagem, como se o homem 'urbano' não precisasse se preocupar em permanecer alimentado, respirando, vivo.

A história do jornalismo ambiental no Brasil é tão recente quanto o conceito do desenvolvimento sustentável e sua definição também é tão múltipla quanto a definição de sustentabilidade. O tema ainda não segue uma linha específica, sendo, portanto, passível de muitas interpretações e apresentações - o que no caso do jornalismo pode ser até positivo.

Esse nicho ainda muito pequeno do jornalismo existe para mostrar que não se faz política, economia, cultura ou esportes sem os recursos da Terra. É importante, contudo, ter em mente que falar sobre meio ambiente é abordar uma complexa teia de relações envolvendo sociedade, padrões de consumo, política, economia, ética e mídia. E é necessário fazer essa abordagem de maneira consciente, integradora e não assustadora.

O jornalismo ambiental não nasceu com a pretensão de ser factual como todos os outros e nem pretende substituir discursos, mas revelar que todos os campos do conhecimento de interesse da comunicação são interligados e, para continuarem existindo, precisam ser retratados dessa forma pelos veículos de informação. É um tipo de jornalismo que conhece as falhas na educação do país e chama para si a responsabilidade de suprir as demandas de uma sociedade refém da voracidade do mercado.

Um ramo que já teve várias caras e, mesmo que se esforce para mudar sua imagem diante da opinião pública, ainda hoje é percebido por alguns como necessariamente ativista, alarmista e denuncista.

Até meados da década de 1990, praticamente todas as tentativas de organização e mobilização dos jornalistas ambientais brasileiros haviam sido em vão. A produção

jornalística de questões ambientais no país acompanha a trajetória do pensamento ecológico. Para fazer um retrato das primeiras iniciativas de comunicação ambiental no Brasil foi preciso conhecer o movimento ecológico e todo o processo de conscientização social, até que se tornasse objeto midiático.

Houve duas fases do jornalismo ambiental no país. Num primeiro momento, nas décadas de 70 e 80 do século XX, os jornalistas que cobriam meio ambiente eram mais militantes e lidavam com as denúncias, refletindo a necessária agressividade de um movimento ambientalista emergente. A segunda geração de jornalistas ambientais não deixou de fazer denúncias, mas optou por uma aproximação com as ciências.

É muito fácil se impressionar com previsões catastróficas sobre o fim do mundo. O apelo garante vendagem e audiência muito lucrativas para os meios de comunicação. Mas o medo é efêmero e a falta de continuidade dessas temáticas afasta ainda mais o indivíduo do debate. O jornalista que pretende exercer seu papel social em qualquer nicho da comunicação deve sempre atentar sobre a maneira de se produzir notícias, que deve ter cunho mobilizador e não imobilizante. As notícias ambientais até então sempre tiveram um caráter imobilizante, era passada uma informação, mas a população ficava sem saber como e por que aquilo estava acontecendo e o que poderia ser feito para mudar o rumo daquelas previsões.

Para solucionar esse problema, algumas estratégias devem ser definidas. Um dos caminhos que podem ajudar na orientação de reportagens que, em alguma esfera, abranjam questões ambientais é a educação. Em linhas gerais, o conhecimento científico é capaz de provar com bases exatas o que determinados comportamentos podem provocar no meio ambiente e, assim, ajudar na elaboração de estratégias e alternativas para que se possa viver com qualidade sem prejudicar tanto o ambiente comum.

Por isso, os meios de comunicação se tornam os protagonistas dessa missão. Passam de intermediadores da informação para atores e mobilizadores de causas que dependam de ações coletivas, como as ambientais. E têm toda a condição de exercer esse papel seguindo a orientação básica das atitudes ecológicas que consiste em agir localmente para obter resultados globais.

Uma das formas de traduzir esse pensamento é através do fortalecimento das mídias alternativas. Todos sabem, ou deveriam saber, que não há imparcialidade na mídia. Em nenhuma mídia. Se não é no conteúdo da matéria em si, a parcialidade se mostra desde a decisão da escolha da pauta, até a opinião de tudo o que o jornalista escolhe para ler e compreender, que vai além do que o editor sugere.

> "O jornalista ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três 'erres'do lixo – reduzir, reutilizar, reciclar – e de tudo aquilo que remeta à ideia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, onde o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses os cidadãos". (TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003: 88 e 89)

O jornalista Roberto Villar Belmonte, um dos fundadores da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, diz que a opinião do jornalista deve ser propositalmente colocada numa matéria do início ao fim:

> "É preciso bom senso para perceber a realidade, e não o que muitas vezes achamos que a realidade é. Um antídoto pra evitar erros é ouvir o máximo de opiniões dentro do tempo disponível pra fazer a matéria. Nunca é de mais ouvir mais alguém. Um cara chamado Ferdinand de Saussure, considerado o pai da linguística, costumava dizer nas suas aulas no início do século XX uma frase que pra mim resume toda esta conversa: 'O ponto de vista cria o objeto'. O resto é conversa fiada. Em primeira ou terceira pessoa". (BELMONTE in FANZERES, 2004: 26)

Um dos maiores desafios para o jornalismo ambiental é que notícias relacionadas a esse tema precisam ser detalhadas, didáticas e muito bem explicadas para o entendimento global ser possível. Apesar das cada vez mais recorrentes discussões sobre o que seja notícia científica, interesse público e modelos de comunicação, não há consenso sobre a melhor maneira de realizar a divulgação desse conteúdo. Isso dá ao jornalista ainda mais liberdade para explorar o conhecimento e definir a maneira de disseminá-lo, seja através de narrativas, personagens, comparações, infográficos ou ilustrações. Sem o rigor do academicismo. Fazendo jornalismo.

Portanto, ser didático fazendo uso de bases científicas para convencer a sociedade dos benefícios da mudança não é uma medida condenável. Num país com cada vez menos analfabetos convencionais, porém cada vez mais analfabetos funcionais, investir no jornalismo regional e nas mídias alternativas é importante para proporcionar o envolvimento com questões sócio-ambientais e, a partir disso, esperar melhorias na qualidade de vida da coletividade.

3.2 A problemática do tempo nas redações

Notícias ambientais não possuem cunho factual, a não ser quando são tragédias e mesmo essas deveriam vir acompanhadas de medidas e soluções para evitar outros desastres. Quanto maior o número de informações, melhor. A população precisa disso para formar opinião e senso crítico.

O jornalismo ambiental luta diariamente pela ampliação do grau de conhecimento do público sobre questões que interferem direta ou indiretamente na sua vida, na sua sobrevivência. Pretende fornecer os instrumentos para que cada vez mais pessoas entendam as mazelas sociais do país e do mundo e, assim, possam também ajudar a melhorar o ambiente em que vivem.

O exercício do jornalismo tem como propósito informar corretamente para que o público consiga se formar política, econômica, cultural e socialmente. E informar sobre as ciências naturais é aproximar a população das soluções para os problemas mais cotidianos, desfazer estereótipos e reduzir o abismo social entre os que dispõem do conhecimento e os marginalizados por consequência de um sistema educacional deficiente.

Um grande problema que o jornalismo ambiental enfrenta é que o aprofundamento de certos conceitos não é compatível com o espaço físico que os jornais oferecem e nem com o tempo frenético das redações. As notícias ambientais, em sua grande maioria, requerem continuidade e acompanhamento que nos veículos tradicionais e jornais diários, a que a massa tem acesso, não é possível acontecer.

O lema corriqueiro dos telejornais de que ‘matéria boa é matéria que vai pro ar’ é como um espelho do raciocínio de muitos editores-chefe, que não se preocupam muito com as especificidades temporais que cada reportagem demanda e estabelece um *deadline* (fechamento) quase sempre calcado em exigências comerciais. Segundo André Trigueiro, “é nesse cenário agitado e estressante que os profissionais de imprensa tendem a não entender como notícia o que não se resolve numa escala de tempo fora dos padrões usuais”. (TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003: 79)

Esse modelo é marcado pela crise que ronda os grandes conglomerados de comunicação, provocando um enxugamento da força de trabalho nas empresas. Cada vez menos gente produz mais conteúdo. Não é para se surpreender, portanto, com a queda de qualidade nesse processo. No caso de não haver editoria especializada em

meio ambiente na maioria das redações, qualquer repórter pode, eventualmente, ser chamado para fazer uma reportagem sobre alguma questão dentro do tema.

Por mais complexos que os assuntos ambientais possam ser, no jornalismo diário, o repórter tem o mesmo tempo para resolver essa pauta em relação às demais. No entanto, a investigação desse tipo de matéria pode demandar mais tempo. Para conseguir explicar um conceito, muitas vezes, é preciso recorrer a longas conversas com especialistas, fazer uso de ilustrações, enfim, contextualizar a questão. Pela falta de continuidade apresentada em pautas ambientais no jornalismo diário, finalizar uma reportagem sobre algum desses temas pode se tornar um processo mais demorado. E, por maior que seja a boa vontade do jornalista, ele é pressionado pelo horário de fechamento do veículo – isso quando não precisa sair para fazer outra pauta no mesmo dia.

Todos esses agravantes justificam a brevidade e superficialidade das matérias ambientais que aparecem na grande mídia. Mas nem todos os jornalistas que cobrem meio ambiente são apressados e potencialmente estressados como a situação anterior supõe. Existem os que trabalham em assessorias de comunicação de governos, ONGs, ou em programas e cadernos de fechamento um pouco mais flexível. Quando há tempo e espaço, quase tudo contribui para a produção de uma boa matéria.

Além disso, como em qualquer outra área do ramo, para fazer uma reportagem de qualidade, o jornalista deve conhecer minimamente o assunto para que seja possível elaborar as perguntas mais interessantes e explorar a questão da maneira mais completa possível. Uma boa história depende de um bom ponto de vista, de entendimento e de opinião.

Os comunicadores precisam estudar o assunto sobre o qual irão escrever e ter a humildade de reconhecer que sabem muito pouco. Precisam ler, falar, perguntar, contestar e desconfiar. Precisam conhecer e explorar projetos, ouvir histórias, olhar de perto o que as empresas andam fazendo e checar os resultados. E tudo isso cumprindo a regrinha que aprendem no primeiro dia de faculdade: o quê, quando, como, onde, por que e... QUEM! E o “quem” não pode aparecer apenas quando se erra.

3.3 Mudanças climáticas, e a mídia com isso?

Na década de 80 do século XX surgiram as primeiras indicações de que devido ao efeito estufa[12], acelerado pelas práticas humanas em prol do desenvolvimento (insustentável e) desenfreado, rápidas mudanças climáticas estavam acontecendo. Com a intenção de investigar cientificamente a fundo o fenômeno, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial criaram, em 1988, após a realização da Conferência Mundial sobre Mudanças Atmosféricas, realizada naquele ano, em Toronto, Canadá, o Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que mostrou fortes evidências de que o efeito estufa estava causando mudanças climáticas significativas.

Os desastres ecológicos de impacto mundial e tantos outros acontecimentos causados como consequência da exploração predatória da natureza e dos recursos naturais, bem como a poluição gerada para manter os padrões de vida da sociedade contemporânea, foram determinantes para que as conferências sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente passassem a ocorrer com mais frequência a partir da década de 1990.

A comunidade internacional se deu conta de que se nenhuma atitude fosse tomada, em poucas décadas, o mundo estaria refém de uma situação caótica causada pela incompatibilidade entre a produção exagerada das atividades humanas visando o desenvolvimento, e os recursos naturais.

Como consequência, desde então, os assuntos referentes às mudanças climáticas começaram a conquistar mais espaço na mídia. O tema é considerado o mais desafiador da atualidade. A quantidade de matérias sobre meio ambiente é cada vez maior e devemos, portanto, lançar um olhar mais crítico para a qualidade do que vem sendo veiculado.

O papel da mídia é fundamental para esclarecer o que há de complexo sobre o assunto e mobilizar a sociedade para agir, já que todos têm uma contribuição a dar no

[12] O efeito estufa é um fenômeno natural. Sem ele o planeta seria gelado e não haveria condições de desenvolvimento das formas de vida que conhecemos hoje. Os gases de efeito estufa – vapor d'água, ozônio, dióxido de carbono, metano óxido nitroso, clorofluorcarbonos, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre - absorvem parte da energia refletida na superfície terrestre, presente nos raios solares, e a redistribui em forma de calor. No entanto, esse processo natural tem sido alterado pela atividade humana. A queima de combustíveis fósseis, a destruição de florestas e outros impactos ambientais provocam uma concentração desses gases na atmosfera, impedindo a saída de parte da energia acumulada para o espaço, o que aumenta o calor retido e faz a Terra parecer uma estufa. Vem daí a analogia usada para definir esse fenômeno.

processo de estabilização do clima, onde quer que estejam vivendo. Empresas, poder público, pesquisadores, educadores, consumidores, jornalistas e outros tantos segmentos. Todos igualmente responsáveis pelo futuro do planeta.

As consequências do aquecimento global atingirão a todos os segmentos, sem distinção, e a busca de soluções depende também do engajamento de toda a sociedade. Há cada vez mais entendimento científico de que as ações do homem estão contribuindo para acelerar o aumento do efeito estufa, fenômeno que, por sua vez, interferirá cada vez mais no equilíbrio climático trazendo prejuízos ambientais, econômicos e sociais.

Diante desse desafio, caberá aos meios de comunicação, o papel de mediar as discussões na sociedade, evidenciando que para transformar os recursos naturais em desenvolvimento econômico e social será preciso levar em consideração o equilíbrio climático.

Repensar a agenda do crescimento e do bem-estar humano, exigirá o comprometimento com a proteção ambiental. Os cientistas integrantes do IPCC alertam para as ações que precisam ser empreendidas por todos os segmentos sociais, mas os meios de comunicação têm aproveitado os prognósticos negativos para aumentar a audiência ou a venda de exemplares, deixando de lado o papel educativo que devem exercer.

Evidenciar as soluções possíveis é uma postura que a mídia não pode perder de vista, até porque a sociedade precisa ser estimulada a assumir um papel mais proativo na luta pela estabilização do clima. Cabe aos meios de comunicação melhor informar e transmitir os principais desafios que a sociedade precisará enfrentar para produzir energia, alimentos, garantir o abastecimento de água, além da manutenção das espécies da fauna e da flora.

Nesse processo falta reforçar, principalmente, o papel de extrema relevância desempenhado pelas florestas na proteção da biodiversidade e das reservas de recursos hídricos, bem como no equilíbrio climático e no bem-estar humano. Todas as pessoas do mundo dependem da natureza e dos serviços providos pelos ecossistemas para viverem. “Por ecossistema ou sistema ecológico entende-se qualquer região natural que inclua organismos vivos e substâncias abióticas interatuando para promover uma troca de matéria entre as partes vivas e não-vivas”. (ODUM in ALMEIDA, 2007: 13)

3.4 A mídia na berlinda

Aprimorar a cobertura para esclarecer à sociedade sobre a complexidade que envolve as mudanças climáticas é o grande desafio dos meios de comunicação no Brasil. Foi pensando na importância da mídia para informar e mobilizar a sociedade a respeito do que representa a desordem do clima que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), com apoio da embaixada britânica, envolveu a análise crítica de 997 textos – entre reportagens, editoriais, artigos, colunas e entrevistas, publicados em 50 jornais brasileiros – de julho de 2005 a junho 2007. O levantamento demonstrou que o tema estava cada vez mais incorporado à pauta dos veículos de comunicação, embora qualitativamente tenha faltado profundidade na cobertura.

Um dos maiores equívocos observados na pesquisa Mudanças Climáticas na Imprensa Brasileira, divulgada pela ANDI, em janeiro de 2008, foi a falta de contextualização na cobertura, o que revela o tamanho do desafio dos meios de comunicação e sinaliza a necessidade de aprimoramento. Os estudos comprovam que prestar informação clara, objetiva e capaz de promover mudanças de postura da sociedade, além de incentivar a criação de políticas públicas de enfrentamento das consequências desse fenômeno, vai depender, cada vez mais, de difusão contextualizada.

No primeiro ano da análise identificou-se um texto publicado a cada cinco dias. Essa média cresce para uma matéria a cada dois dias no primeiro semestre de 2007. A pesquisa, pioneira, comprova que o tema vem ganhando cada vez mais visibilidade na imprensa brasileira, certamente influenciada pelos grandes acontecimentos internacionais, como o lançamento do filme “Uma Verdade Inconveniente”, de Al Gore, e a divulgação dos relatórios do IPCC. Esses eventos permitiram que os jornalistas se familiarizassem com os fatos e com a agenda relacionada ao fenômeno.

Os jornais de circulação nacional que mais publicaram conteúdo sobre mudanças climáticas no período pesquisado foram a Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, Correio Braziliense, Valor Econômico e Gazeta Mercantil. Segundo a ANDI, enquanto os 44 jornais de circulação regional contribuíram, na média individual, com 1,46% dos textos veiculados no período, os quatro veículos nacionais somados aos dois de cunho econômico contribuíram - também na média individual - com 5,95% das matérias.

Do universo analisado, apenas um terço das matérias aborda as causas das mudanças climáticas e aponta soluções. Na maioria das vezes, fala-se sobre as consequências do fenômeno, mas não se sublinha os antecedentes e estratégias de enfrentamento da questão. Não adianta dizer que pode haver furacões, aumento do nível do mar, sem falar o que causa os fenômenos e o que pode ser feito para mitigar ou se adaptar ao problema.

Segundo a pesquisa, dos 997 textos analisados, apenas 3% levantaram a responsabilidade do governo, 0,9% do setor privado e 0,25% da sociedade civil. Com base nos resultados da análise, vê-se que embora os meios de comunicação tenham dedicado bastante espaço ao tema no período estudado, exerceram superficialmente a função de monitoramento de políticas públicas. Outra grande falha identificada na pesquisa foi de que menos de 15% do conteúdo pesquisado relacionaram a questão das mudanças climáticas à agenda do desenvolvimento.

Segundo a ANDI, faltou, nesse caso, fazer uma conexão entre as questões ambientais, econômicas e sociais que envolvem o tema. As abordagens sobre cada uma dessas variáveis foram divulgadas de forma isolada. A perspectiva ambiental foi a principal forma de abordagem na cobertura das mudanças climáticas. Esteve presente em 35,8% dos textos, seguida pelo enfoque econômico, em 19,7% do conteúdo analisado.

A pesquisa revela a grande dificuldade que a mídia tem de diversificar a cobertura para além da perspectiva ambiental e científica, assim como dar a ela contornos nacionais, apresentando à sociedade brasileira não apenas de que forma as mudanças climáticas podem afetar o desenvolvimento socioeconômico, mas também diferentes estratégias para combater o problema.

Como aspecto positivo, foi revelado que, de modo geral, os textos dos jornais pesquisados diversificaram as fontes ouvidas, consultando diferentes categorias de atores. Os mais ouvidos foram os representantes do poder público, seguidos por especialistas, técnicos e universidades, empresas não estatais e governos estrangeiros.

A ANDI considera que esse olhar crítico sob a cobertura das mudanças climáticas nos jornais brasileiros pode oferecer aos profissionais, interessados no tema, identificar pontos fracos e buscar avanços. O trabalho de pesquisa, de acordo com a organização também é importante para demonstrar que as fontes de informação precisam aperfeiçoar cada vez mais o diálogo com a mídia.

Está mais do que na hora, então, de investir na capacitação dos profissionais de comunicação e ampliar os espaços dedicados ao tema para que as abordagens possam aprofundar as questões discutidas. Compreender a linguagem científica para melhor traduzi-la aos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas é tão fundamental quanto evidenciar que as questões ambientais envolvidas com as mudanças climáticas estão atreladas às causas sociais e econômicas.

3.5 O futuro em xeque

Consenso ainda não existe. Mas cresce o entendimento de que a ação do homem para transformar os recursos naturais em desenvolvimento socioeconômico vem causando estragos nas condições climáticas do planeta. Essas evidências ganharam força a partir dos últimos relatórios divulgados em 2007, por cerca de 2 mil cientistas integrantes do IPCC. Eles colocaram em xeque o futuro, caso a humanidade insista em gerar riquezas com base na queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão.

As previsões dos cientistas, alardeadas pela mídia, são negativas e alertam para a necessidade de medidas urgentes e ousadas, no sentido de conter as emissões de gases de efeito estufa, dentre os quais o dióxido de carbono (CO2) é considerado o grande vilão. Segundo o IPCC, de acordo com medições da temperatura a partir de 1880 (desde quando se tem feito registros em várias áreas do globo), caso haja pouco esforço global para se reduzir as emissões dos gases de efeito estufa e se mantenham os atuais níveis de crescimento demográfico, a temperatura da Terra pode aumentar entre 2°C e 5,8ºC até 2100. Na visão mais otimista, se forem implementadas ações positivas para a redução das emissões, a temperatura global aumentará entre 1,4°C e 3,8ºC, até 2100.

No último século, a temperatura na Terra aumentou 0,7ºC. Parece pouco, mas já foi o suficiente para causar muitos estragos na natureza, incluindo o degelo glacial que chega a 100 mil quilômetros quadrados por ano, no Ártico, desde 1979, quando começaram a ser feitos monitoramentos por imagens de satélite.

O IPCC estima um aumento do nível do mar de 18 a 56 centímetros em um século caso o fenômeno do degelo persista. Com isso, sérios prejuízos ambientais, econômicos e sociais seriam verificados nas regiões costeiras. Além de promover o caos nas cidades à beira-mar, as mudanças climáticas terão ainda impactos negativos na produção de energia e alimentos, bem como no abastecimento de água.

4. Panorama da problemática ambiental

4.1 A natureza lá e eu aqui

Há uma tendência a achar que o meio ambiente está distante do ser. Mas o ser humano e sua cultura, bem como a fauna e a flora são parte integrante de um mesmo meio. Segundo a teoria de Gaia (nome de uma antiga deusa grega da Terra), elaborada no fim da década de 1960 pelo britânico James Lovelock, a Terra é um superorganismo vivo, no qual todos os seres, o ar, os mares e as rochas interagem entre si e todas as reações químicas, físicas e biológicas estão interligadas, não podendo ser analisadas separadamente.

> "Gaia começa onde as rochas da crosta terrestre encontram o magma no interior da Terra e vai até os limites da atmosfera. Está sempre a mudar. Nela, o mundo caótico que antecedeu a vida permanece ativo. A informalidade da associação de seus ecossistemas, e das espécies que a constituem promove a sua longevidade e a sua força. A vida e o meio ambiente interagem num processo evolutivo indivisível e único". [13]

Estando viva, a Terra reage organicamente a todos os atos nela sentidos. A biosfera tem capacidade de gerar, manter e regular as condições de meio ambiente do planeta. Esse sistema, constituído de componentes físicos, químicos e biológicos, impelido pela luz do Sol, faz o clima e a composição química do planeta se manterem em equilíbrio homeostático por longos períodos, até uma contradição interna ou uma força exterior provocar um abalo que leva a uma nova situação estável.

Para Lovelock, é admirável que o planeta ainda esteja equilibrado perante todos os desequilíbrios causados pela atividade humana. Os padrões de vida atuais não se adequam ao ritmo orgânico natural do planeta.

> "Gaia é o maior organismo vivo do sistema solar, participa do Universo, e cada ser humano faz parte dela; mas já chegou a sua meia-idade e não apresenta a mesma robustez de eras anteriores: está sensível às perturbações humanas e busca um novo ponto de equilíbrio. A vida na Terra fabrica, modela e muda o meio ambiente ao qual se adapta. Em seguida este 'meio ambiente' realimenta a vida que está mudando e atuando e

[13] Revista Filosofia: Ano II, nº 3.

> crescendo sobre ele. Há interações cíclicas, portanto, não-lineares e não estritamente deterministas e previsíveis". [14]

Ao destruirmos o meio ambiente estamos nos autodestruindo. A falta dessa consciência distancia o ser da verdade e causa tantas doenças ditas da 'modernidade'. Só quando se olha para dentro de si é que a transformação e o resgate dos valores essenciais à vida voltam a despertar.

É um ciclo. A necessidade de mudança está diretamente ligada à crise de identidade do ser. E, por motivos diversos, ao se perceber em momentos de crise identitária, surge a necessidade de se buscar fontes reais de pertencimento e de localização espaço-temporal – elementos que nenhum bem material pode oferecer. Quando isso acontece, os valores naturais brotam no ser e a consciência ambiental vai sendo resgatada e respeitada.

O modelo em que vivemos é insustentável. Por isso, Gaia deve ser vista como uma nova forma de encarar a Terra, a humanidade e seu relacionamento com as outras espécies vivas. Do ponto de vista mitológico e histórico, a teoria de Gaia resgata um valor de tempos passados, em que acreditar em uma Terra viva e num Cosmos vivo era a mesma coisa.

4.2 Uma questão de conscientização

A ideia de desenvolvimento sustentável dissemina mudanças de hábitos na sociedade, como fechar a torneira enquanto se escova os dentes, fazer coleta seletiva de lixo para facilitar a reciclagem, realizar um consumo consciente, evitar o desperdício e até mesmo mudar os hábitos alimentares. Mas as causas do desequilíbrio ambiental no planeta são muitas. O cidadão consciente deveria atentar para o fato de que a atitude sustentável não se limita aos hábitos caseiros. Vai muito além e necessita que todos os padrões a que estamos acostumados sejam repensados.

É dito, por exemplo, que se o consumo doméstico de água fosse reduzido, já faria muita diferença para a problemática da escassez de água no mundo. No entanto, do total de água do planeta, 97,5% encontram-se nos oceanos e mares e apenas 2,5% estão disponíveis para o abastecimento humano. A agricultura irrigada é a maior consumidora

[14] Idem.

desses recursos hídricos. Em termos mundiais, estima-se que esse uso responda por 70% da água doce disponível no planeta. No Brasil, esse índice é de 61%, sendo o restante usado na indústria (18%) e no consumo doméstico (21%)[15]. É necessário, portanto, que as atenções não fiquem presas ao consumo doméstico, que representa uma parcela muito pequena do consumo total.

A água serve de matéria-prima para a produção de tudo o que usamos no nosso dia a dia. As chapas de aço, por exemplo, utilizadas na produção de tantos bens e produtos industriais, gastam milhares de litros de água para serem produzidas. E a água é um bem escasso. A quantidade desse recurso utilizado na produção de materiais e alimentos é, em alguns casos, muito maior do que a quantidade de produtos confeccionados com essa água toda que se gasta. Além disso, há um balanço energético negativo das diferentes atividades produtivas no mundo moderno, em que a quantidade de energia despendida no processo de produção é muito superior à obtida com os produtos resultantes desse processo.

As formas tradicionais de produção agrícola, como o cultivo de arroz em campos alagados do sudeste asiático, por exemplo, podem colher cinquenta vezes mais energia, sob a forma de alimento, do que a energia empregada no cultivo. Já no capitalismo industrial é fácil encontrar atividades onde o processo produtivo consome três vezes mais energia do que a gerada pelo produto. É o caso da produção industrializada de carne, com seu consumo intenso de ração, produtos químicos e eletricidade.

Segundo o historiador e ambientalista José Augusto Pádua "esse tipo de atividade apenas se sustenta porque existe um divórcio total entre o cálculo monetário e o cálculo material-energético. Como o valor monetário das fontes energéticas é baixo, comparado com o valor monetário dos produtos finais, uma economia irracional do ponto de vista material pode ser altamente lucrativa no mercado". (PÁDUA in PORTO-GONÇALVES, 2004: 64)

4.3 Agricultura sustentável

A palavra sustentável não pode ser levada tão ao pé da letra quando se trata de agricultura, porque só é sustentável um sistema que consegue manter-se estável, no qual

[15] Disponível em www.planalto.gov.br/Consea - acessado em março de 2010.

a quantidade de energia de entrada é a mesma de saída, sem que isso cause impactos em outros ambientes. Ou seja, o ambiente deve ser um sistema fechado, o que só poderia ser encontrado em ambientes nativos que ainda não sofreram interferência humana.

A agricultura sustentável, portanto, se baseia na ideia de gerar efeitos negativos mínimos ao ambiente. Envolve aspectos ambientais e socioeconômicos. O ideal é que ela esteja em equilíbrio com o meio ambiente, seja altamente produtiva, com baixos custos de produção, pouco desperdício de água e gere produtos de alta qualidade.

Produzir alimento para os 6,5 bilhões de habitantes do planeta não é fácil, a produção agrícola mundial gera anualmente 5,5 bilhões de toneladas de alimentos. Para que isso possa ocorrer, cerca de um quinto dos 1,4 bilhões de hectares plantados é irrigado. Devido à maior produtividade dos campos irrigados em relação aos de sequeiro (sem irrigação), a agricultura irrigada produz quase metade da produção mundial de alimentos.

Para se ter uma ideia, o arroz de sequeiro produz aproximadamente 2 toneladas por hectare, e o arroz irrigado produz de 8 a 10 toneladas por hectare. Conclui-se, portanto, que sem a agricultura irrigada seria impossível a produção de alimentos para toda a população, mesmo que todas as áreas agricultáveis fossem utilizadas.

Mas apesar da sua alta produtividade, esse tipo de agricultura desperdiça grandes volumes de água, seja por vazamentos nos tubos, vedações ressecadas ou cortadas e folga nas molas de acionamento dos sistemas de irrigação. No Brasil, por exemplo, de acordo com a cartilha Agricultura Irrigada e o Uso Racional da Água, da Agência Nacional de Águas (ANA), apenas 5% de sua área plantada é irrigada, mas esse percentual corresponde ao uso de 50% do recurso hídrico do país.

A falta de incentivo econômico no setor bem como o pouco investimento em orientação especializada aos agricultores, também contribui para o desperdício, pois o manejo da água de irrigação no solo exige um alto grau de conhecimento técnico. É preciso que se busquem alternativas para a redução do consumo de água na agricultura, mantendo-se a produtividade.

Pensar nessas questões é contribuir para o desenvolvimento sustentável, pois no momento em que se retira um volume de água maior do que o necessário para o desenvolvimento da irrigação, além de impactar os corpos d'água, reduzindo as vazões disponíveis, aumenta-se a possibilidade de conflitos entre usuários, notadamente nas regiões onde a água é mais escassa. Além disso, a ineficiência no sistema de drenagem e o manejo inadequado do solo na irrigação também podem causar impactos danosos ao

meio ambiente, como a contaminação dos lençóis freáticos por adubos e defensivos agrícolas, a salinilização dos solos e o aumento de populações de agentes transmissores de doenças, como mosquitos e caramujos.

4.4 Repensando a alimentação

Falar sobre alimentação é mais do que essencial quando o assunto é sustentabilidade. No mundo, apesar de haver alimento para toda a população, muita gente não tem acesso à comida. Nossos hábitos alimentares se encontram estreitamente ligados ao quadro de miséria, subnutrição e fome. Estão ligados também a um enorme desperdício, à degradação do meio ambiente e à má saúde da população como um todo. Muitos estão preocupados com os graves problemas ambientais e sociais que nos defrontamos a nível global. Contudo, poucos estão cientes das enormes implicações que o simples ato de comer tem sobre vários destes problemas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a fome crônica afeta mais de 1,3 bilhão de pessoas no mundo. No continente africano, cerca de um em cada quatro seres humanos é subnutrido. Na Ásia e no Pacífico, 28% da população passam fome. Na América Latina, uma em cada oito pessoas dorme com fome toda noite. No Brasil, mais de 30 milhões de pessoas são classificadas como indigentes pelas estatísticas oficiais.

Josué de Castro (1930 e 1973), o primeiro à sua época a denunciar a questão da fome como um problema estrutural, social, causado pelo modelo econômico estabelecido, já dizia que a apropriação injusta e ilegal da generosidade e abundância dos recursos da natureza é responsável pelo subdesenvolvimento, gerador da miséria e da fome. A paz dependeria, fundamentalmente, do desarmamento aliado a um equilíbrio econômico do mundo, a partir de uma distribuição da riqueza visando o verdadeiro desenvolvimento a ser buscado; o humano.

Vivemos em um modelo insustentável em todos os aspectos e a alimentação não escapa a isso. Segundo o IPCC, no ano de 2100, de 1 a 3 bilhões de pessoas não terão acesso à água fresca. A fome vai aumentar em grande parte do mundo. No Brasil, a agropecuária é responsável pelo consumo de 80% de água doce, sendo 69% na irrigação (e aí incluem-se os plantios de grãos que alimentam o gado) e 11% na produção animal; 13% no uso residencial, sendo 11% urbano e 2% rural; e 7% no uso industrial.

O uso de água na agropecuária ultrapassa em seis vezes o uso residencial. Se vivêssemos no aperto, reduzindo o consumo residencial de água em 50%, reduziríamos menos de 7% do total de água utilizada no Brasil. Quando consideramos quanta água cada habitante gasta por dia, não vale contar só o consumo doméstico, mas também quanta água foi necessária para produzir o alimento consumido por ele.

Tradicionalmente, a alimentação humana centrou-se nos alimentos vegetais. Apenas muito recentemente os países ricos e a elite urbana de países pobres, começaram a basear sua alimentação na carne. A mudança dos hábitos alimentares mais saudáveis para alimentações do tipo *fast-foods* também é relativamente recente e já mostra estragos significativos na saúde e vida das pessoas.

> "Por exemplo, em 1985 os norte-americanos consumiam a metade dos grãos e batatas que consumiam na virada do século, 33% mais lacticínios, 50% mais carne de gado e 280% mais frangos. Esta mudança resultou em uma dieta com um terço a mais de gordura, um quinto a menos de carboidratos e níveis de consumo de proteína que excediam grandemente as recomendações oficiais. Um dos problemas de uma dieta baseada em proteína animal está nas gorduras saturadas que a acompanham e na ausência de fibras. Tais gorduras estão associadas à maioria das 'doenças da abundância' (*diseases of affluence* – doenças cardíacas, câncer e diabetes), principais causas de morte nos países ricos" [16].

Além disso, o aumento da obesidade, do estresse, da ansiedade, da depressão e de tantas outras doenças ditas 'modernas' também pode estar relacionado ao consumo da carne (de boi, frango, porco etc..). Isso acontece por que a carne contém uma infinidade de antibióticos que são dados aos animais para que eles não adoeçam nas condições insalubres em que são criados. Ao frango, por exemplo, são dadas altas taxas hormonais para que cresçam mais rápido e assim atendam à demanda do mercado. Ao serem mortos, os bois passam por um nível de estresse tão grande, que liberam uma infinidade de toxinas pelo organismo.

O consumo de carne contribui negativamente não só para a saúde, mas também para a fome e o aquecimento global. Sim, a produção de carne para o consumo humano é responsável por 18% das emissões de gases-estufa no mundo, 5% a mais do que o percentual das emissões causadas pelo transporte. Todos os carros, caminhões, navios e aviões do mundo emitem menos gases do efeito estufa do que a pecuária.

[16] Marly Winckler – socióloga – disponível em www.vegetarianismo.com – acessado em abril de 2010.

Em 2006, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (em inglês, FAO), publicou um importante relatório que mostrou pela primeira vez a associação entre a pecuária e o aquecimento global. Segundo o Dr. Henning Steinfeld, principal autor desse relatório, no valor de 18% de emissões de metanos, foram levados em consideração todas as alterações no uso da terra relacionadas com a pecuária: produção de animais em termos de metano; o gerenciamento do esterco, também em termos de metano e óxido nitroso; e os diversos processos da produção de rações, processamento da carne, transporte e tudo envolve a pecuária e a matéria prima de rações.

No Brasil, segundo o relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a pecuária é responsável por 50% das emissões de gases-estufa, considerando o período de 2003 a 2008[17]. O levantamento foi o primeiro no país a medir o impacto de toda a cadeia produtiva dessa atividade: não apenas a criação do gado, mas os desmatamentos e queimadas para viabilização da atividade, o transporte, frigoríficos e o pum e o arroto do boi. Sim, pode parecer piada, mas a emissão de metano (gás de efeito estufa) pelo gado acontece através do arroto e do pum.

As vacas possuem um sistema digestivo complexo. Seu estômago digere fibras vegetais e, para que isso ocorra, a vaca precisa de uma complexa combinação de bactérias, fungos e protozoários no seu sistema digestivo. Todo ruminante regurgita a comida até a boca para mastigar e isso permite que os microorganismos do estômago tenham melhor acesso ao alimento. Como esses microorganismos não têm acesso ao oxigênio, o produto final da sua digestão é o metano. Toda vez que a comida vai para a boca, uma pequena quantidade de gás é liberada junto, da qual uma grande percentagem é metano. Quando comparado com o dióxido de carbono (liberado pelos humanos), o metano é 21 vezes mais perigoso.

A vaca leiteira que produz de 8 a 10 mil litros de leite todo ano, produz de 500 a 700 litros de metano a cada dia. A vaca produzindo uma média de 700 litros de metano por dia é o equivalente às emissões de dióxido de carbono produzidas por um grande veículo 4X4 rodando 56 quilômetros por dia.

O mais preocupante é que com o aumento da população mundial, a produção de carne tende a crescer junto e isso causará mais impacto na água e na biodiversidade do planeta. A FAO calculou que entre 1950 e o ano 2000, a população mundial aumentou

[17] O GLOBO 11/12/2009. p.40.

de 2,6 bilhões para 6 bilhões de pessoas, mas a produção de carne aumentou cinco vezes: de 45 para 233 bilhões de quilos de carne a cada ano. Está previsto que teremos 9 bilhões de pessoas vivendo no planeta em 2050. E o que acontecerá com a produção de carne? Dobrará para 450 bilhões de quilos! E é claro que as emissões de gases do efeito estufa também dobrarão.

O estilo de alimentação norteamericano tem uma influência enorme na vida de muitos países, e isso não se dá de forma inocente ou espontânea, mas é reflexo de *lobby*, políticas de incentivo, *marketing* da indústria de alimentos e outras medidas. O Brasil não foge à regra ao importar esse estilo, que entra pesadamente tanto na maneira como são produzidos os alimentos, como nos hábitos que se alteram. Quase a metade de tudo o que o nosso solo produz é usado para alimentar animais. Os bichos geram bem menos quantidade de alimentos do que os grãos que consomem e ao serem transformados em alimento (bife) só podem nutrir reduzida parcela da população, uma vez que a vasta maioria não tem poder aquisitivo para comprar carne. Atualmente, 23% da terra cultivada no Brasil é usada para plantar a soja – para alimentar animais -, metade da qual é exportada.

Até o feijão, tradicional fonte de proteína e ferro da nossa dieta, cede terreno à soja. Seu preço, em consequência, se tornou muito elevado, ficando fora do alcance de muitos. Em seu lugar, aparecem um sem-número de *junky foods*, como macarrões e outros produtos que sem muito valor nutritivo, mas que enchem a barriga. E cresce entre a população o número de pessoas ficando doentes por consumirem carne e produtos industrializados em demasia, o que resulta, como já mencionado, em problemas de saúde de vários tipos.

Não é muito divulgado, mas de 40 a 50 % de todos os cereais e 75 % da soja produzidos não são comidos pelos humanos, mas pelos animais de abate. Metade da produção de trigo mundial é usada como ração animal para que possamos consumir carne e laticínios. Só para se ter ideia, hoje, são necessários sete quilos de grãos, milho e soja para produzir apenas um quilo de carne. São muitas centenas de hectares de soja plantada em terras desmatadas para produzir carne[18]. Não é uma forma muito eficiente de se produzir proteína. Pesquisas mostram que cem milhões de pessoas poderiam estar

[18] Dr. Danielle Nierenberg, do World Watch Institute Washington DC, no documentário *"Meat the Truth"*.

sendo nutridas usando a terra, a água e a energia que seriam liberadas se os norteamericanos reduzissem seu consumo de carne em 10%. [19]

É preciso dez vezes mais terra para se produzir proteína animal do que produtos de origem vegetal, mas para produzir alimentos para esses bilhões de animais, destruímos a floresta amazônica e plantamos soja no lugar. A pecuária intensiva é a indústria que mais utiliza energia. Nos EUA, ela é responsável pela utilização de um terço de todos os combustíveis fósseis[20].

O Brasil é o maior exportador de soja do mundo. A produção da soja brasileira cresceu 57 vezes desde os anos 1960. Nas últimas décadas, houve um significativo aumento na produção de grãos como resultado do uso de fertilizantes químicos, pesticidas etc., enfim, o que ficou conhecido como Revolução Verde. E isso tudo para atender à enorme demanda da Europa por ração animal.

Mas a maior parte da soja está sendo produzida em áreas ambientais muito frágeis, incluindo a floresta amazônica e o Cerrado. O problema é que o sequestro de carbono (absorção de dióxido de carbono) ocorre em lugares do mundo como a Amazônia e o Cerrado e em algumas terras cultivadas que também prendem o carbono. Quando destruímos esses lugares, perdemos ferramentas muito importantes na luta contra o aquecimento global, além de claro, a perda da biodiversidade local.

Reduzir o consumo de carne tem um impacto positivo no ambiente: menos carne, menos animais, redução da emissão de gases, redução do uso de água e menos desmatamento. Junto à Universidade Livre de Amsterdã, a Fundação Nicholas G. Pierson[21] foi descobrir qual a economia de carbono poderia ser feita nos Estados Unidos se todos parassem de comer carne por um ou mais dias. Se todos deixassem de comer carne por sete dias, seria evitada a emissão de 700 milhões de toneladas de gases do efeito estufa; equivalente a retirar todos os carros dos EUA de circulação. Por seis dias, se evitaria tantas emissões de carbono quanto eliminar o uso de eletricidade em todas as casas dos EUA. Cinco dias equivaleriam a plantar 13 bilhões de árvores; 43 árvores para cada americano. Quatro dias, se evitaria emissões de carbono equivalentes a reduzir pela metade o consumo doméstico de eletricidade, gás, óleo, petróleo e querosene dos EUA. Três dias se evitaria a emissão de 300 milhões de toneladas de gases-estufa, o que teria um impacto maior na redução do aquecimento global do que se

[19] Disponível no documentário *"Meat the Truth"*.
[20] Matt Prescott do PETA, Quartel-general de Pessoas pelo Tratamento Ético dos Animais (em inglês, People for the Ethical Treatment os Animals)
[21] Braço científico do Partido dos Animais (holandês).

todos os carros da frota americana fosse substituídos por carros elétricos híbridos. Dois dias seria o mesmo efeito positivo na redução do efeito estufa do que trocar todos os eletrodomésticos, como geladeira, freezers, microondas, máquinas de lavar e secar roupas etc. por modelos que gastam menos energia. Por um dia, se economizaria o equivalente a 90 milhões de passagens de avião todo ano de Nova York para Los Angeles e vice versa. E se cada americano optasse por não comer frango um só dia na semana, seria o equivalente em dióxido de carbono a retirar 500 mil carros das estradas dos EUA.[22]

As discussões sobre o aquecimento global concentrarem-se nas emissões de dióxido de carbono, e na pecuária as emissões de CO2 correspondem a apenas um terço das emissões de gases de efeito estufa. O óxido nitroso e o metano não são muito mencionados no debate, mas são mais potentes em termos de efeito estufa do que o dióxido de carbono e precisam entrar na conta.

É bem contraditório pensar que enquanto um bilhão de pessoas sofre com a obesidade, um bilhão de pessoas vai dormir com fome todas as noites. A fome no mundo é, portanto, uma realidade dolorosa, persistente e desnecessária, pois existe suficiente terra, energia e água para alimentar mais do que o dobro da população humana, contudo a metade dos grãos produzidos é destinada aos animais, enquanto milhões de seres humanos passam fome.

Acredito que à medida que o consumo de carne for sendo feito de maneira mais consciente, ele diminuirá e então não precisará haver tanta monocultura de soja e outros grãos para ração. Abriremos mais espaço para a agricultura para alimentar pessoas. Poderemos fazer rotatividade de campos e nos acostumarmos com os alimentos da época. Estaremos entrando num ciclo natural, de harmonia com o meio novamente.

Para fechar a questão da alimentação, é necessário citar a necessidade de uma pressão política contra alimentos geneticamente modificados, pois ainda não se sabe os efeitos que o consumo desses alimentos a longo prazo pode causar no organismo humano. Além disso, o plantio indiscriminado de transgênicos pode ferir a questão do livre-arbítrio. Se não for impedido, chegaremos ao ponto em que as plantações orgânicas e naturais serão contaminadas pelas sementes transgênicas e, além de não podermos comer o alimento ‘limpo’, ‘puro’ e ‘saudável’, como essas sementes são patenteadas, ainda teremos que indenizar as empresas por nascerem intrusos

[22] Disponível no documentário “*Meat the Truth”*.

transgênicos nas nossas lavouras! E isso já acontece: vários agricultores nos EUA e no Canadá, sobretudo aqueles que produzem orgânicos, vêm assinalando que suas plantações estão sendo contaminadas.

Um agricultor canadense Percy Schmeiser ficou famoso por ter sido processado pela Monsanto (empresa que fabrica sementes transgênicas) após sementes de canola transgênica voarem até sua plantação. O tribunal condenou-o a pagar 20 mil dólares à empresa, alegando que o agricultor roubara suas sementes. A justiça alegou que não importa como a semente chega ao campo do agricultor. Seja voando, seja por uma inundação, ou se entra na maquinaria agrícola, ela não pertence ao agricultor, pertence à Monsanto.

4.5 O petróleo e as energias renováveis

Vivemos num impasse, pois ao mesmo tempo em que sabemos como devemos agir para garantir nossa sobrevivência em Gaia, temos receio de enfrentar essa mudança, pois estamos apegados a uma única forma de ver, enxergar e viver a vida. A sustentabilidade da maneira como é empregada pela maioria das empresas não é, de fato, sustentável. Seria necessária uma ruptura com o modelo capitalista atual, que prioriza e idolatra o consumo exacerbado como forma de vida ideal, dando status para quem vive dessa maneira e condicionando, assim, a maioria da sociedade a pensar e a agir dessa forma.

> "Somos todos contemporâneos de um impasse civilizatório, cultivado nas entranhas de um modelo de desenvolvimento que vem exaurindo, em velocidade assustadora e numa escala sem precedentes, os recursos naturais não-renováveis do planeta, com impactos negativos sobre a qualidade de vida da população. Os atuais meios de produção e de consumo constituem o eixo desse modelo, que tem como norte magnético a maximização dos lucros e o entendimento de que a natureza é apenas, ou acima de tudo, fonte de matéria prima e energia". (TRIGUEIRO, 2005: 7)

O sistema capitalista é tão destrutivo, que utiliza como base para o desenvolvimento econômico dos países, um dos bens mais raros da natureza: o petróleo, que comanda as bolsas de valores de todo o mundo. Mas o petróleo, assim como o carvão mineral, tem um tempo geológico para ser criado e, apesar de todos os avanços

da ciência, é impossível de ser reproduzido pelo homem. A descoberta pela ciência de que as moléculas de hidrocarboneto (hidrogênio e carbono) têm um enorme potencial energético, possibilitou o aumento da produtividade, mas não torna possível a produção dessas moléculas.

> "Nenhuma sociedade produz o carvão, o petróleo, o ferro, o chumbo, a água e outros minerais, assim como o homem não produz os dias e as noites, a radiação solar, sem o que não vivemos. Somos, como espécie, em grande parte, extratores de petróleo, carvão, ferro, manganês, água e outros minerais, e não seus produtores. Observemos que dizer que somos produtores significa que depende de nossa capacidade criativa a existência do que é produzido. Dizer que somos extratores sinaliza que extraímos algo que não fazemos, o que significa manter prudência em seu uso". (PORTO-GONÇALVES, 2004: 61)

E, quanto mais escasso um bem, maior o seu valor econômico, pois maior também é a demanda de trabalho (energia) para que esse material se torne um bem usável. É assim com o petróleo e é assim com água, nos locais onde o acesso a ela já é precário. Toda mercadoria tem seu 'valor de uso' e seu 'valor de troca', como explicou Marx, em O capital. Segundo ele, a utilidade do produto é o que lhe confere um 'valor de uso', determinado pelas qualidades físicas da mercadoria (relação qualitativa). Já o 'valor de troca' possui uma relação quantitativa, em que só interessa o valor comercial, o lucro. Como a maioria das riquezas naturais hoje exploradas (petróleo, água, minerais...) é 'apenas' escassa, ainda não se tornou inexistente, o 'valor de uso' é deixado de lado e produtos que demandam uma enorme quantidade de bens escassos na natureza para serem produzidos são vendidos a um preço irrisório, pois é difícil atribuir valores a tais riquezas naturais ainda mais quando elas podem ser encontradas com uma falsa 'abundância' na natureza. Se o 'valor de uso' dos produtos passasse a ser verdadeiramente considerado, converter a natureza e o trabalho em preços se tornaria praticamente impossível.

Há quem acredite que, assim como a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra, a era do petróleo não acabará por falta desta matéria prima. Antes que isso ocorra, serão pensadas novas fontes de energia alternativas, limpas[23] e renováveis: mais baratas e com menos riscos para o meio ambiente.

[23] Em um dos artigos do Protocolo de Kyoto, as tecnologias limpas foram denominadas "Mecanismos de Desenvolvimento Limpo" (MDL), ou seja, fontes energéticas que não implicam na emissão de gases danosos à atmosfera, agravantes do efeito estufa.

Hoje, já é possível repensar toda a estrutura energética do planeta com a redução drástica da dependência de combustíveis fósseis (como petróleo, gás e carvão). Pode-se aproveitar mais as hidrelétricas (com o cuidado de realizar estudos sérios de impactos ambientais no caso da inundação de áreas e mudança no curso de rios), energias eólica e solar, combustíveis oriundos de fontes vegetais (biocombustíveis), como o álcool, o óleo de mamona (e de outras plantas) e até mesmo do esgoto.

No Brasil, há tecnologia para o aproveitamento do gás metano, resultante da decomposição orgânica (lixo), em energia limpa. Fala-se também no desenvolvimento de motores a hidrogênio e aproveitamento energético a partir das ondas do mar, além de outras ideias menos difundidas. E já existem carros movidos à bateria, apesar dessa tecnologia ainda estar engatinhando[24].

O desafio na sua utilização está mais na mudança de pensamento do que na disponibilidade de terras disponíveis para o plantio de cana e outras plantas que estão sendo estudadas para servir como fonte de energia. No entanto, convencer os latifundiários a pararem de produzir açúcar para produzir álcool, e vice-versa, de acordo com a lei da oferta e procura do mercado; e criar a delimitação de áreas para não haver devastação total das poucas florestas que ainda restam no mundo é que será uma tarefa árdua.

E é aí que surge a necessidade de ruptura com o modelo econômico vigente. Analisando o capitalismo, Marx desenvolveu uma teoria para o valor dos produtos, que consiste na expressão da quantidade de trabalho social utilizado na produção da mercadoria. No sistema capitalista, o trabalhador vende ao proprietário a sua força de trabalho. À diferença entre o valor do produto final e o valor pago ao trabalhador, Marx deu o nome de mais-valia, que expressa, portanto, o grau de exploração do trabalho. Os empregadores têm uma tendência natural de aumentar a mais-valia para acumular cada vez mais riquezas. A economia surge, então, como uma consequência das relações de trabalho.

[24] As baterias têm quase o mesmo peso do carro e o tempo de duração ainda é muito curto. Mas a tecnologia ruma para aperfeiçoar essa fonte de energia.

5. Insustentabilidade do modelo capitalista

5.1 O paradoxo da economia

Aristóteles considerava economia tudo aquilo que consistia na administração da casa e toda a logística necessária para a sua administração, como energia, alimento, água, terra, etc. Entretanto, a busca incessante pela riqueza e o estudo da relação entre os preços das mercadorias eram chamados por ele de crematística.

> "O conceito de riqueza é interessante. Ele é medido pelo valor de troca. Mas o valor de troca é determinado pela escassez, enquanto riqueza não é escassez...". (TRIFFIN in PORTO-GONÇALVES, 2004: 56)

Ao contrário, riqueza é justamente abundância. No entanto, os economistas modernos fundam a economia mercantil capitalista baseada no conceito da escassez. Tanto é assim que os bens abundantes não são considerados como bens econômicos e, sim, naturais.

> "Somente à medida que a água e o ar se tornam escassos – com a poluição, por exemplo – é que a economia passa a se interessar em incorporá-los como bens no sentido econômico moderno, isto é mercantil. Enquanto o ar e a água existem em estado puro e em abundância, ou seja, enquanto existem como riqueza, são considerados dádivas, fonte inesgotável". (PORTO-GONÇALVES, 2004: 57)

É de praxe que um bem disponível a todos não interesse à economia mercantil. Só quando há privação, quando ele começa a se tornar um bem escasso, é que se torna um bem econômico, a exemplo da propriedade privada. Na medida em que ela priva quem não é proprietário de usufruir daquele espaço, passa a ser um bem escasso. Privar os homens da riqueza, a começar pela própria natureza, com a propriedade privada, é condição para que se instaure o reino da economia mercantil (a crematística de Aristóteles).

A economia mercantil *des-envolve* os lugares, regiões e seus povos e culturas, criando com isso tensões territoriais permanentes. Uma floresta, por exemplo, não tem o mesmo significado para um povo que se alimenta, mora e convive com ela há milhares de anos e para um madeireiro que, mais do que na madeira em si, está interessado no material abstrato (dinheiro) em que a comercialização dela se transforma.

Com a globalização da economia, os territórios perderam suas fronteiras, as sociedades estão perdendo suas riquezas naturais e, com isso, suas culturas. A vida de uma comunidade pode virar um pesadelo se, sob sua terra, se descobre petróleo, ouro ou qualquer outro minério que interesse a algum empresário ou a algum Estado ávido por fazer concessões a empresas, até mesmo para arrecadarem mais impostos.

Há quem ainda se assuste ao ouvir que a água e a biodiversidade devem ser tratadas como patrimônio da humanidade. Patrimônios da humanidade não são tão lucrativos financeiramente falando. Exatamente por terem esse status, a água, o ar ou o conhecimento são recursos que não podem ser privatizados, seja para os nacionais ou transnacionais. É importante também atentar para o fato de que muitas vezes as elites dominantes dos países pobres invocam a soberania nacional para, no momento seguinte, privatizarem os recursos naturais, vendendo-os quase sempre para grupos empresariais dos países ricos.

Como é possível que nos achemos dono de um bem natural, que é de toda a humanidade? O negócio é tão absurdo que muitas nascentes de água potável já têm donos, foram vendidas à empresas como a Coca-Cola, por exemplo - uma vez que a água se tornou um bem escasso, ela passou a ter grande valor econômico -; o açaí da Amazônia, apesar de continuar no território brasileiro, agora é do Japão; e o petróleo dos EUA está sob o deserto do Iraque...

O professor italiano Ricardo Petrella sugere que, além do Estado e do indivíduo, a humanidade também fosse instituída como um sujeito de direito. Com base nela, por exemplo, nós brasileiros, por habitarmos essa parte do planeta tão rica em biodiversidade, em energia solar e em água, deveríamos dispor, como parte da humanidade que somos, das melhores condições materiais e técnicas de que a própria humanidade dispõe para podermos gerir esses recursos sem os quais a própria espécie, de que somos parte, sobrevive. Afinal, a convivência com esses recursos nos proporcionou um saber próprio forjado no contato que deve ser incorporado e considerado enquanto patrimônio da humanidade na sua especificidade.

Mas em vez da transferência de conhecimento em prol de um bem comum, a sugestão é que, se um país não está apto a cuidar de sua biodiversidade sozinho, deve passar essa tarefa para outrem, internacionalizando-a. O linguista norteamericano Noam Chomsky (2002) chama atenção para o fato de que a internacionalização da Amazônia, no entanto, pode ser preocupante: “em termos objetivos, significa colocá-la nas mãos dos interesses do tesouro americano e do Banco Mundial. Isso é o que eles chamam de

internacionalização". Novamente, os interesses econômicos e políticos estão sempre por trás das aparentes "boas intenções".

5.2 Superação do capitalismo

A superação do capitalismo é necessária na medida em que esse modelo coloca a humanidade e o planeta em risco. A urgência por um novo modelo se faz mais presente (e urgente) do que nunca. A sociedade contemporânea, em prol do desenvolvimento, utiliza indiscriminadamente os recursos naturais da Terra – principalmente depois da Revolução Industrial -, tornando as previsões para as gerações futuras cada vez mais sombrias, tanto nos aspectos das mudanças climáticas, quanto na escassez de recursos naturais, como a água potável.

> "O sistema capitalista domina o planeta e essa dominação é responsável, entre outros, por três gravíssimos problemas. O primeiro é decorrente da intensificação da sua natureza profunda: acumular, acumular, sempre e mais, disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na espoliação e na alienação do trabalhador. (...) O segundo problema é consequência do primeiro e dia respeito à agravação das desigualdades. Nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e serviços de interesse coletivo, mas nunca houve tamanha injustiça no seu acesso e fruição. A soma da riqueza de 0,01% da população é equivalente ao que possuem 50% dos habitantes do planeta. (...) Para as elites dominantes, as profundas desigualdades são interpretadas como naturais, decorrentes do maior esforço e sagacidade de alguns e da falta de vontade e criatividade dos outros. Essa concepção de meritocracia, fundamentada na concorrência entre desiguais, permite legitimar processos de exclusão e de eliminação dos 'menos capazes'. Os riscos ligados à sobrevivência física do planeta e da sua população correspondem ao terceiro problema, decorrente da expansão do 'capitalismo turbinado'. Depois de explorar as riquezas naturais de maneira predatória, a expansão industrial ameaça hoje o ar, a água, a vida enfim. Como a natureza não se vinga, mas revida, catástrofes constantes decorrentes de desequilíbrios ecológicos abalam regiões do mundo inteiro". (CATTANI, 2003: 9)

E tudo isso em nome do desenvolvimento. Já na década de 1960, era visível a ambiguidade com relação à ideia de desenvolvimento. É que nessa fase, ao mesmo tempo em que se difundia o desenvolvimentismo no 'Terceiro Mundo', a

insustentabilidade desse modelo já começava a ser questionada por alguns movimentos nos países de 'Primeiro'.

> "Tanto pelo lado da oferta (bens de consumo) como do lado da demanda (recursos naturais), assim como pela desigual distribuição da riqueza, o modelo fordista fossilista do capitalismo em sua fase imperialista não consegue mais se sustentar ética e moralmente. (...) Afinal, até os anos 1960, a dominação da natureza não era uma questão e, sim, uma solução – o desenvolvimento". (PORTO-GONÇALVES, 2004: 22 e 23)

O curioso é que diante das previsões catastróficas, percebidas já naquela época, o raciocínio da maioria dos países 'desenvolvidos' era de que "as nações ricas eram as únicas áreas viáveis do mundo e os países que não haviam enriquecido até aquele momento deveriam desistir de fazê-lo em prol da sobrevivência da vida na Terra" (ALMEIDA, 2002: 39).

No final da década de 1970, poluir passou a ser crime em diversos países. Muitas indústrias que não alteraram os processos de fabricação de seus produtos para minimizar os impactos ambientais sofreram com uma perda de credibilidade. Nessa mesma época, a crise energética provocada pelo aumento do preço do petróleo colocou em pauta a racionalização do uso da energia e a procura por combustíveis de fontes renováveis.

É um fato que o capitalismo não tem como dialogar amigavelmente com o meio ambiente uma vez que ele visa a dominação da natureza. Quando se sabe que 20% da população mundial consome cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente, nos vemos diante de uma situação limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para que todos os habitantes da Terra tivessem o atual estilo de vida da classe média e classe média alta dos países ricos e pobres.

5.3 O papel dos meios de comunicação

Para a maioria dos brasileiros, independentemente de classe social, escolaridade, cor, sexo e religião, a preservação do meio ambiente ainda se limita apenas aos cuidados da fauna e da flora e de animais em extinção, especialmente se estiverem em uma

realidade distante. Trata-se da preocupação com o meio ambiente 'verde' das florestas, dos rios, dos mares, da vida selvagem.

Isso põe em xeque os efeitos dos famosos documentários sobre vida natural exibidos há anos e queridos por públicos espalhados pelo mundo inteiro, *à la Discovery ou National Geographic.* Para André Trigueiro, se por um lado essas produções contribuem de maneira extraordinária para a disseminação de uma cultura preservacionista, "parecem reforçar involuntariamente a ideia de que meio ambiente seja sinônimo de fauna e flora" (TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003: 76).

Os meios de comunicação têm papel fundamental na disseminação e esclarecimento das questões ambientais e dos fenômenos climáticos que ocorrem por conta da intervenção humana nos ecossistemas. Mas se contentam em ser apenas veículos de reprodução do estilo de vida padronizado ao qual estamos acostumados. Eles poderiam (e deveriam) ser utilizados em prol de um outro estilo, mas não há interesse para que seja diferente, pois é isso que sustenta o capitalismo. As necessidades precisam estar sendo constantemente criadas para que haja demanda e assim se perpetue esse modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável deveria ser a forma de utilizar os recursos naturais do planeta sem que se pusesse em risco a natureza e, com isso, a própria humanidade, que é parte integrante dela. Acontece que dentro do meio em que vivemos e com os padrões e hábitos que seguimos, o desenvolvimento sustentável da maneira sugerida torna-se praticamente inviável, pois não temos mais recursos naturais em abundância nem para suprir as necessidades atuais, quiçá as futuras.

5.3.1 A criação de necessidades

Após a II Guerra Mundial, para impulsionar a economia dos EUA, houve um estímulo ao consumo desenfreado. Victor Lebow, o conselheiro econômico do presidente Eisenhower[25], articulou a solução que se tornaria norma de todo o sistema:

> "A nossa enorme economia produtiva exige que façamos do consumo a nossa forma de vida, que tornemos a compra e uso de bens em rituais, que procuremos a nossa satisfação espiritual, a satisfação do nosso ego, no consumo... Precisamos que as

[25] Presidente norteamericano no período de 1953 a 1961.

> coisas sejam consumidas, destruídas, substituídas e descartadas a um ritmo cada vez maior. O principal objetivo da economia americana é produzir mais bens de consumo" [26].

A obsolescência planejada e a obsolescência perceptiva foram as estratégias que os Estados Unidos utilizaram para fazer com que sua sociedade e a maioria da população mundial acreditassem – ou ao menos priorizassem - que os bens de consumo seriam mais importantes do que a prática da sustentabilidade, justiça, melhoria na educação, saúde, meios de transportes etc.

A obsolescência planejada é uma outra forma de dizer "criado para ir para o lixo". As empresas planejam seus produtos para se tornarem inúteis o mais rápido possível para que os joguemos fora e voltemos a comprar. Isso é percebido desde as sacolas plásticas até os aparelhos eletroeletrônicos modernos.

O design industrial da década de 1950, época em que a obsolescência planejada começou a aparecer tinha essa idéia muito clara. Os designers chegavam a debater quão rápido cada um conseguia fazer com que um aparelho avariasse, mas de uma maneira que o consumidor mantivesse fé suficiente para ir comprar outro.

Mas apenas esperar os produtos darem defeito também não impulsiona tanto o consumo, pois eles não estragam tão rápido assim. Por isso, existe também a obsolescência perceptiva, que nos convence a jogar fora aparelhos e produtos que ainda são perfeitamente usáveis. Isso é feito mudando a aparência deles. Por exemplo, se o seu aparelho celular é muito antigo, todos percebem que você não tem contribuído para o "consumo". E é assim com a moda também... Isso pode ser um pouco embaraçoso na medida em que o nosso valor, para o sistema capitalista, depende da nossa contribuição financeira para o consumo.

Tendo em mente o conceito de *des-envolvimento* abordado no início desse trabalho, é muito interessante pararmos para pensar na questão do 'estar na moda', 'ser antenado'. Na sociedade em que vivemos, 'ser moderno' é considerar o estilo de vida americanizado e europeizado como o padrão de vida desejável – estilos que só são possíveis para uma pequena parcela da humanidade.

Conquistamos nossa independência, mas continuamos a viver na colonialidade (modernidade colonial), com desejos, padrões e estilos que não são essencialmente nossos, mas nos foram trazidos, impostos e por fim adotados, seguidos e desejados por nós. E a homogeneização é contrária à vida, tanto no sentido ecológico, quanto cultural.

[26] Artigo de Victor Lebow, "O preço da concorrência em 1955".

A humanidade e o planeta sofrem um risco enorme quando se unifica ou se pretende unificar os estilos de vida, quando se pretende que todos tenham as mesmas necessidades.

É preciso repensar nossas verdadeiras e essenciais necessidades. A todo o momento nos são impostas novas (e dispensáveis) necessidades, de tal forma que não temos tempo para discernir se de fato aquilo é uma necessidade nossa, realmente necessária, ou apenas um desejo de algo que nos foi imposto.

A publicidade e a mídia em geral têm um papel significativo na criação dessas necessidades para impulsionar o consumo. Somos bombardeados por milhares de anúncios por dia: nas mídias, nas ruas e até no céu! Vemos mais publicidade em um ano do que as pessoas de 50 anos atrás viam em toda a vida. Isso nos faz acreditar que realmente precisamos de tudo o que for mais moderno, para acompanharmos o ritmo do tal desenvolvimento, contribuirmos para o consumo e assim sermos reconhecidos e valorizados pelo sistema capitalista.

E qual é o objetivo de um anúncio se não o de nos deixar infelizes com o que temos? Por isso, nos dizem milhares de vezes ao dia que nosso cabelo está errado, nossa pele, nossas roupas, nossos móveis, nossos carros, nós estamos errados... Mas tudo se resolve se formos às compras!

E apesar de as pessoas estarem consumindo mais, pesquisas mostram que a felicidade está declinando. Isso acontece por que, apesar de terem mais bens materiais, as pessoas têm menos tempo livre, para passar com amigos, família e até mesmo para desfrutar desses bens materiais. E sabe quais são as duas atividades que grande parte da população faz no pouco tempo livre que tem? Ver televisão e ir às compras.

São as necessidades reproduzidas e sugeridas pelos meios de comunicação que geram as demandas, que por sua vez acabam com o meio ambiente. A mídia ajuda a esconder o sistema exploratório de extração dos recursos para a confecção de todos esses produtos e o que acontece com eles quando não os queremos mais. Por isso, a única parte da economia que vemos na TV são as compras. A extração, produção e envio para o lixo, acontecem fora do nosso campo de visão. Será que se os meios de comunicação não transmitissem propagandas e não dessem tanta importância aos estilos de vida, as pessoas teriam hábitos e necessidades diferentes?

5.4 O discurso corporativo

5.4.1 Responsabilidade social ou sustentabilidade?

"Atualmente, entre as 100 maiores economias da Terra, 51 são corporações" [27]. À medida que estas foram crescendo em tamanho e poder, o governo, que deveria ser das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, passou a se preocupar mais com o bem-estar das empresas do que com o nosso. Algumas empresas, talvez, querendo assumir para si essa responsabilidade do governo e ganhar credibilidade junto à população, acabam desvirtuando o princípio de sustentabilidade tal como foi concebido.

O que percebo é uma confusão (proposital) por parte da maioria das empresas sobre os conceitos de responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito interdisciplinar, que abrange vários níveis de organização da sociedade, e a responsabilidade social é apenas um dos instrumentos de promoção da sustentabilidade.

Para Fernando Almeida, presidente executivo do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, a sustentabilidade está relacionada com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade e configura a atividade humana de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, preservando, ao mesmo tempo, a biodiversidade e os ecossistemas naturais para o futuro.

O discurso corporativo sugere que para o desenvolvimento ser sustentável é necessário pensar e atuar na transversalidade, levando em conta três dimensões em conjunto, sem predominância de uma sobre a outra: ambiental, social e econômica. Portanto, deve-se conciliar o desenvolvimento econômico com o enfrentamento dos principais problemas ambientais.

Mas, na prática, não é o que ocorre. Algumas empresas que praticam RSC se sentem no direito de dizer que são sustentáveis. Mas a sustentabilidade vai muito além do bem estar social e do progresso econômico – que, aliás, deveria ser apenas uma consequência de tudo e não o foco principal. A essência do desenvolvimento sustentável é ser capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade

[27] Informação tirada do documentário "A história das coisas".

de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que garante a preservação do meio ambiente, não esgota os recursos para o futuro. Ressalto que, antes de implementar a sustentabilidade nos seus negócios, é necessário que as pessoas internalizem esse conceito no seu dia a dia. Deve-se pensar no coletivo, no planeta como um todo e não apenas no pequeno círculo em que se encontra.

O uso errôneo do termo impossibilita que sejam pensadas alternativas para a maior viabilidade do desenvolvimento sustentável, pois sem dúvidas, é muito difícil conciliar satisfação econômica, bem-estar social e preservação do meio ambiente.

Há quase 15 anos em prática, as iniciativas de RSC são vistas mais como uma tentativa das empresas de obterem boa repercussão na mídia, do que como esforços reais para se modificar o desempenho social da empresa. Mas, seja qual for a intenção, fato é que algumas pessoas e comunidades são realmente beneficiadas com a RSC – e melhor algumas do que nenhuma. A única contradição é que às vezes isso acontece como forma de compensar prejuízos ambientais gigantescos provocados pela empresa.

A maioria das empresas só olha para o seu entorno. Melhorar a qualidade de vida dos funcionários ou da comunidade da região onde a empresa atua, oferecendo condições básicas, como educação, cultura, saúde, moradia, infra-estrutura, saneamento, emprego e transporte para que a população de baixa renda saia dessa condição, certamente é sustentabilidade. Tudo isso, claro, tendo em mente sempre a não dependência filantrópica, pois os efeitos positivos da filantropia cessam assim que cessam a boa vontade ou a disponibilidade do doador. Também deve ser levada em conta a preservação ambiental e o menor impacto possível no meio ambiente com cada uma dessas implementações.

Algumas empresas deslocam comunidades inteiras para explorarem minerais ou transpor as águas de um rio e depois se vangloriam divulgando que deram casa e emprego para essas pessoas por livre e espontânea vontade, quando na verdade estavam apenas cumprindo com o seu papel. As empresas se esquecem que para haver sustentabilidade é necessário haver equilíbrio. A ordem de preocupação da maioria é primeiro com o lado econômico, depois com o social e por último com o ambiental.

Na lógica capitalista, em primeira instância isso pode fazer até bastante sentido, pois o investimento no setor social é o que possibilita o retorno financeiro rápido. Mas se as empresas não priorizarem em suas diretrizes os limites dos serviços ambientais, que são fundamentais à economia e à sociedade a longo prazo, haverá a falência dos ecossistemas planetários e, como consequência, a falência dos negócios também. Com

isso, acredito que o capitalismo esteja traçando, sem pretensão, o caminho da sua própria destruição.

Para serem ecologicamente justas, as empresas precisariam vivenciar a sustentabilidade ambiental como um todo, começando pela retirada da matéria-prima, que deveria ser feita causando o menor impacto possível ao meio ambiente e à comunidade local. Durante a fase de produção, deveriam economizar a maior quantidade de energia e água possíveis, e com quase nenhuma emissão de gases poluentes. Na fase final, deveriam pensar na sustentabilidade do meio de transporte de seus produtos e do destino que será dado ao lixo que ele se tornará. É importante também a preocupação com o material que se utiliza, se é tóxico ou não, o que definirá se o produto será reciclável ou não e, se for retornável, que a devolução da embalagem seja facilitada ao consumidor.

Se não mudarmos os padrões de desenvolvimento de forma radical em curto prazo, teremos uma tragédia em escala global. É impossível planejar a ruptura. Ninguém sabe o que irá acontecer. Muitos dizem que estamos rumando para uma Nova Era. Sem dúvidas, os cataclismos que vêm ocorrendo nos últimos anos poderão ser capazes de alterar o mundo tal como o conhecemos hoje.

Não é possível prever ao certo o que está por vir, mas é evidente que estruturas empresariais, sociais e políticas terão de se adaptar a uma nova ordem, que vai subverter as regras, tal como as temos e vemos hoje. O processo de adaptação será tão mais tenso e doloroso quanto menos for conduzido estrategicamente. Se for feita imediatamente uma perenização dos recursos naturais (dentro do que ainda é possível de ser recuperado), uma revisão nos modelos de negócios e uma mudança profunda na mentalidade e nas atitudes de líderes e formadores de opinião, sobretudo na mídia e nas empresas, talvez os impactos da ruptura do modelo vigente possam ser menores.

5.4.2 Discurso corporativo na mídia

Analisando o modelo no qual estamos inseridos e os padrões de consumo atuais, que demandam a exploração descontrolada dos recursos naturais do planeta, preservação ambiental e desenvolvimento são duas coisas incompatíveis, por isso o desenvolvimento sustentável se faz tão audacioso. O planeta está em crise, contudo, é

possível tornarmos esse desenvolvimento o menos insustentável possível e a mídia terá um papel decisivo na divulgação de um modelo de vida mais sustentável.

O estilo de vida consumista e insustentável é ciosamente difundido pelos meios de comunicação de massa. Há dificuldade e até certa resistência para a transmissão de conceitos que não se prestam à pressa com que os assuntos geralmente são tratados nos meios de comunicação. O resultado é que a população geralmente é mal informada sobre o meio ambiente e, mais ainda, sobre a sustentabilidade.

Tem muitas ações sendo desenvolvidas em prol do meio ambiente, mas a grande mídia só abre espaço para tratar desse assunto quando há alguma catástrofe ou perigo corrente. A mídia não faz questão de divulgar boas ações ambientais realizadas pelas empresas, associações, ONGs e afins.

Ainda há uma confusão sobre o que é propaganda gratuita e o que pode ser considerado notícia. Determinadas pautas ainda são recebidas por alguns jornalistas com muito ceticismo. Há quem considere natural omitir o nome da empresa que tem um bom projeto para mostrar, argumentando que seria propaganda gratuita. No entanto, quando a notícia é negativa o nome da empresa sai estampado na primeira capa alegando-se que isto é do interesse da população.

Os jornalistas ainda têm muita dificuldade para convencer os editores e chefes de reportagens da importância e do interesse de uma pauta sobre a temática ambiental. Além disso, há uma tendência sensacionalista na grande mídia de achar que só a tragédia dá ibope. Mas será que o público não quer saber o nome da empresa que faz coisas boas? Será que a população só quer saber de catástrofes e não se interessa pelas ações positivas praticadas no mundo?

5.5 Promovendo a sustentabilidade

A constatação de que a humanidade não conseguirá atingir até 2015 os Objetivos do Milênio traçados pela ONU nos faz repensar a responsabilidade das lideranças governamentais, empresariais e da sociedade civil organizada. A crise do *des-envolvimento* propicia o aparecimento de novos protagonistas que sinalizam para outras racionalidades, para outras relações com o nosso entorno, para outros envolvimentos. É preciso refletir sobre o modelo e expandir a mente para recebermos novos padrões que ainda não conseguimos enxergar.

A sustentabilidade ainda não produziu nenhum estadista. Transmitir conceitos de sustentabilidade significa defender e praticar limites e restrições: restrições à emissão de carbono, racionamento no uso da água, limites para a pesca e para o consumo... E nenhuma dessas ações contribui para a popularidade política de ninguém. Por isso, a sustentabilidade é coletiva; um pensamento comum.

A mudança do paradigma de desenvolvimento atual depende de haver massa crítica de pessoas dispostas a internalizar a mudança e a pagar um preço por ela. Mas isso a realidade já está se encarregando de fazer. A semente já foi plantada e aos poucos está germinado no coração doas pessoas. É visível o crescimento desse movimento, pena que ainda não tenha atingido as grandes corporações nem a mídia.

5.5.1 Sistemas de fiscalização

Nesse processo de mudanças, o consumidor se faz um dos protagonistas mais influentes na promoção da sustentabilidade. Ele tem a ferramenta que pode decidir o rumo das empresas. O consumidor pode atuar como peça decisiva para o futuro de uma empresa, para a mudança de seus padrões. Ele pode deixar de comprar os produtos feitos de maneira insustentável e optar por comprar os de empresas que investem na sustentabilidade.

No entanto, saber sobre as ações (positivas ou negativas) de determinada empresa não é algo muito fácil para a maioria da população, por isso seria fundamental que a mídia ajudasse a difundir as ações das empresas ecologicamente corretas. É importante o consumidor estar informado sobre a procedência de todos os produtos que consome e mais importante ainda estar ciente da credibilidade dos selos emitidos pelos meios de fiscalização que garantem, por exemplo, que a carne não veio da produção de gado originária de áreas desmatadas e que em determinada indústria os veículos são menos poluentes.

Mas como fiscalizar a veracidade e a credibilidade dessas informações? O ambiente operacional para as empresas está se tornando mais complexo a cada dia. Existe um questionário socioambiental para a concessão de créditos a novas empresas que estão surgindo ou para aquelas que estão se remodelando. É dito que quanto menos impacto a empresa causa ao ambiente, menor risco ela oferece. A lógica funciona da seguinte maneira: se a empresa não causa impacto insustentável ao meio ambiente, não

polui e não desperdiça recursos finitos, então a chance de ela receber alguma multa, ou de a matéria prima que ela utiliza acabar algum dia e ela não conseguir pagar seu empréstimo será menor.

Há também a proposta de um Banco de Dados Socioambiental, que se for bem articulada entre todos os atores da sociedade envolvidos – bancos, ONGs e governos - funcionará como uma espécie de Serasa da sustentabilidade. Dessa forma, assim como acontece com o CPF de uma pessoa física inadimplente, que fica impossibilitada de obter crédito, aconteceria com o CNPJ de uma empresa envolvida em qualquer problema de natureza socioambiental.

À medida que os mecanismos de responsabilidade social e seus indicadores de desempenho vão ficando mais abrangentes e sofisticados, com diretrizes para a elaboração de relatórios e normas e padrões mais exigentes, fica mais difícil para as empresas simularem um bom comportamento. A licença para operar abrange hoje muito mais que o simples atendimento às formalidades e exigências governamentais para a obtenção do licenciamento ambiental e outras autorizações para a instalação e operação.

Há ainda programas criados para promover a fiscalização e garantir a veracidade dos relatórios de sustentabilidade. Também os profissionais do Direito têm se especializado no tema da sustentabilidade, acumulando competência para questionar as injustiças sociais e irresponsabilidades ambientais. ONGs e universidades estão criando comitês de garantia independentes para conferirem credibilidade aos mecanismos de divulgação de informação econômica, social e ambiental das empresas. A própria sociedade civil vem demandando das empresas uma atitude de maior responsabilidade e transparência. É importante que todo esse movimento seja divulgado na mídia para que a população tenha acesso a essa informação.

5.5.2 Pegada Ecológica

A Pegada Ecológica[28] (*ecological footprint*) é um indicador de sustentabilidade que avalia o número necessário de hectares de terra biologicamente produtivas para sustentar os hábitos e estilos de vida das gerações atuais: alimentação, madeira, infra-

[28] Os interessados podem testar sua pegada ecológica respondendo o quiz da WWF Brasil (World Wildlife Fund), uma das maiores organizações de conservação da natureza no mundo, disponível no site http://www.pegadaecologica.org.br/.

estrutura e absorção de CO2 produzido durante a queima de combustível fóssil. E quantas vezes o leitor já viu esse termo sendo explorado e divulgado por algum veículo de comunicação? *Footprint* é um indicador importantíssimo e ainda desconhecido pela maioria das pessoas. Falta a mídia cumprir sua missão de abordar novos temas e transmitir novos conhecimento para a população.

Criada para estimar os impactos humanos sobre o meio ambiente, a Pegada Ecológica analisa todos os recursos materiais e energéticos gastos por um determinado indivíduo, levando em conta o tamanho da população, o consumo médio de recursos *per capita* e a intensidade dos recursos tecnológicos utilizados. Assim, por meio de um simples cálculo, podemos saber se nossa forma de viver está de acordo com a capacidade do planeta em oferecer e renovar seus recursos e absorver os resíduos que geramos.

Infelizmente, o malthusianismo ainda exerce forte influência no debate ambiental. Há quem diga que a escassez da água e de alimento se dá, porque tem muito mais gente no mundo do que o planeta é capaz de alimentar. Segundo o relatório Situação da População Mundial 2009, divulgado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na antiga sigla em inglês)[29], o crescimento da população tem impacto direto no aumento das emissões de gases do efeito estufa e, portanto, é uma das causas da mudança climática.

O aquecimento global é provocado pelo acúmulo de dióxido de carbono, metano e outros gases na atmosfera, que impedem a dissipação de calor no espaço, aumentando assim a temperatura do planeta. Esses gases são gerados em atividades como a produção de energia, de alimentos, o desflorestamento ou o transporte de pessoas e cargas.

Como ninguém é neutro do ponto de vista das emissões, certamente mais gente significa maior volume de gases no ar. Mas a "pegada de carbono" de cada pessoa varia conforme seu padrão de consumo. Sem dúvidas, o crescimento da população urbana e da industrialização - que alimentam um determinado padrão de vida -, com a consequente expansão da economia mercantil que o acompanha e o impulsiona, contribui muito para os problemas ambientais que enfrentamos atualmente.

As indústrias, uma das maiores responsáveis pela liberação de CO2, trabalham hoje com créditos de carbono – uma maneira encontrada pelos governos para tentar diminuir a emissão desses gases. O problema é que de nada adianta medidas ambientais

[29]Disponível em http://oglobo.globo.com – acessado em março 2010.

se a consciência das pessoas não muda, se a lógica que rege o mercado é capitalista e consumista.

O processo funciona da seguinte maneira: as indústrias instalam filtros em suas fábricas para diminuírem a emissão de CO2 ou financiam indústrias mais limpas ou áreas de preservação ambiental em países em desenvolvimento, ficando assim com créditos de carbono. Quanto mais crédito você tem, maior é a sua cota para a emissão de CO2 e, até chegar essa cota, mais você pode poluir! Numa indústria automobilística, por exemplo, é jogo que se ganhe bastante crédito de carbono, pois assim ela pode aumentar sua produção de carros, o que trará mais lucros e, consequentemente, mais poluição também.

A urbanização também é um importante componente da maior demanda por água. Um ambiente urbano consome em média três vezes mais água do que um ambiente rural. Os testes mostram que a pegada ecológica de uma população tecnologicamente 'avançada' é, em geral, muito maior do que a de uma população 'subdesenvolvida'. A pegada dos habitantes de 'Primeiro Mundo' e os do 'Terceiro Mundo' também é extremamente desigual. Segundo Ricardo Petrella, "um cidadão alemão consome em média nove vezes mais água do que um cidadão na Índia"[30]. Mais uma prova de que a quantidade de desperdício gerado pela sociedade do consumo exacerbado é absurda e insustentável.

Segundo a ONU[31], no Canadá, entre 1972 e 1991, enquanto a população cresceu 3%, o consumo de água aumentou 80%. Se compararmos os dados acima com o crescimento da população mundial e a demanda global por água, veremos que é o crescimento exponencial do consumo de populações consideradas economicamente desenvolvidas que aumenta a pressão sobre os recursos hídricos e outros recursos naturais.

Os conglomerados urbanos, cada vez maiores, exigem captação de água a distâncias também cada vez maiores. Para não falar da energia, que por todo lado implica mudar o uso e o destino (e os destinatários!) da água. Nos últimos cinquenta anos, entre 40 e 80 milhões de habitantes, quase sempre camponeses e populações originárias, foram atingidos por inundação de suas terras para fins de construção de diques e barragens. Dos 227 maiores rios do mundo, 60 % foram barrados por algum

[30] Entrevista à Agência Carta Maior durante o 1º Fórum Alternativo da Água em Florença. 2003. Disponível em http://alainet.org - acessado em março de 2010.
[31] "GEO 3 — Perspectivas do Meio Ambiente Mundial", 2002: 153. Parceria do Programa da ONU para o Meio Ambiente, da Universidade Livre da Mata Atlântica e do Ibama.

dique nesse mesmo período e em 1998 estavam sendo construídos 349 diques com mais de 60 metros de altura em diferentes países do mundo, em grande parte, financiados pelo Banco Mundial, com enorme impacto socioambiental por todo lado[32].

Conclui-se, portanto, que é o crescimento da população urbana e da industrialização que impõe mudanças significativas no modo de organização do espaço em todo mundo, causando desequilíbrios como a falta de água e alimento para alguns e o 'excesso' desses bens para outros. O problema, portanto, não está no tamanho da população, mas em seus hábitos e estilos de vida, que devem ser repensados com urgência, e aí inclui-se a preocupação com a alimentação, transporte, moradia, consumo, desperdício...

O movimento das ecovilas, por exemplo, constitui uma forma de reduzir a pegada ecológica de um indivíduo, família ou comunidade. É possível integrar harmonicamente uma vida social, econômica e cultural a um padrão de vida sustentável em todos sentidos. Começando pelo tipo de materiais de construção numa casa, uma redefinição de padrões de consumo, e o simples ato de compartilhar e cooperar com as pessoas ao redor, tudo isso pode diminuir muito o impacto de um individuo.

Nas ecovilas, as casas são feitas com materiais sustentáveis e projetadas para receber a maior quantidade de luz possível durante o dia para reduzir o consumo de energia. São casas eficientes, baratas e muito resistentes. Os banheiros são todos "compostáveis"[33], não precisam de água (banheiro seco), e os resíduos são transformados em adubo (sem qualquer cheiro). Os carros são compartilhados com os membros da comunidade, e o meio de transporte mais usado é a bicicleta. A comida é basicamente toda produzida no local, também de forma ecológica.

O que fazer, então, com as cidades que já estão totalmente construídas? A partir do momento em que tomarmos consciência de nossos (maus)hábitos e passarmos a nos preocupar e tomar mais cuidado com as nossas atitudes e em como elas podem interferir nas relações com o outro, novas ideias surgirão para, aos poucos, irmos alcançando modelos de vida mais sustentáveis.

> "Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver: uma planta, um animal, uma criança, um

[32] Idem (p. 151).
[33] Conjunto de técnicas aplicadas para controlar a decomposição de materiais orgânicos, com a finalidade de obter, no menor tempo possível, um material estável, rico em húmus e nutrientes minerais; com atributos físicos, químicos e biológicos superiores (sob o aspecto agronômico) àqueles encontrados na(s) matéria(s) prima(s).

idoso, o planeta Terra. Uma antiga fábula diz que a essência do ser humano reside no cuidado. O cuidado é mais fundamental do que a razão e a vontade. A ótica do cuidado funda uma nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes fundamentais para a fase planetária da humanidade.” (Leonardo Boff)

6. Movimentos a favor do meio ambiente: cobertura jornalística

6.1 Rio 92

A adoção de um ponto de vista multigeracional no cuidado com o capital natural e a imposição de limites ao crescimento foram ideias amadurecidas no decorrer do século XX, que culminaram na definição clássica de desenvolvimento sustentável anunciada no *Relatório de Brundtland*, em 1987.

A maior consequência da divulgação do *Relatório Brundtland* e dos demais estudos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi a recomendação para que a Assembléia Geral da ONU convocasse a II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 20 anos depois da primeira em Estocolmo (1972), dessa vez, no Rio de Janeiro: a ECO 92 ou Rio 92.

Em 1992, a antiga capital do país foi palco de um dos mais importantes encontros globais para se discutir a questão ambiental. Durante 12 dias, 64 chefes de estado, 46 chefes de governo, oito vice-presidentes, um príncipe e cerca de seis mil delegados de mais de 180 países se reuniram para debater o futuro do planeta. Paralelos a esse, outros eventos aconteceram na capital fluminense, como o Fórum Global, que reuniu 12 mil representantes de 5.600 organizações não governamentais de 165 países (TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003: 81).

A Rio 92 resultou na aprovação de cinco documentos: a Declaração das Florestas, que gerou debates em função de poder comprometer a soberania dos países e revelou a intenção legal de recompensar as nações que protegessem as matas; a Convenção do Clima, que deixou clara a necessidade do controle das emissões de gases danosos à atmosfera em decorrência do aquecimento global; a Convenção da Biodiversidade, que consistia em estabelecer medidas para desacelerar o crescente ritmo de extinção das espécies e fortalecer a cooperação entre os países na gestão dos recursos biológicos; a Agenda 21, um plano de ação mundial para alcançar o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos; e a Declaração do Rio, que registrou as responsabilidades de cada país na erradicação dos problemas ambientais.

Apesar do sucesso das propostas que surgiram durante a conferência, o secretário geral da Rio92, Maurice Strong, deu uma entrevista ao jornal O Globo em que se confessou decepcionado com algumas das principais decisões acordadas durante o evento.

> "Por si só ela [a conferência] não altera em nada as causas dos problemas globais debatidos nesses doze dias. Quanto aos resultados, só podemos avaliá-los diante das ações que governo e sociedade civil venham a adotar. Há 20 anos, ouvi muita gente dizer a mesma coisa que foi dita aqui, mas ainda não chegamos lá, nem conseguimos pôr em prática as propostas de Estocolmo. O problema é que não temos mais 20 anos para desperdiçar. É preciso começar a agir já". (O Globo in FANZERES, 1992)

A preocupação do secretário se dava pelo fato de não terem sido definidos cronogramas e alvos específicos para redução das emissões de dióxido de carbono. Além disso, ele esperava compromissos mais firmes dos países ricos em relação às finanças. Segundo ele, o sistema de financiamento vigente inviabilizava a oferta de fundos para o desenvolvimento sustentável, sendo necessário haver novas fontes de arrecadação, através de tributos internacionais ou licenças para a emissão de gases tóxicos.

A partir dessa Conferência, a cobertura midiática em relação ao meio ambiente começou a ganhar mais força. Foi uma época bastante próspera para o jornalismo ambiental, mas o despreparo de muitos profissionais impediu que trabalhos ainda melhores e mais engajados fossem feitos. Alguns jornalistas acham que o exagero das notícias ambientais nos meios de comunicação pode ter cansado o público. Além disso, poucos profissionais permaneceram nas redações pensando sobre pautas ambientais e atuando na grande mídia.

Apesar de nítido o esforço das redações em tentar dar conta de um tema tão novo e importante, a maneira como ocorreu a cobertura, por diversas razões, também foi determinante para o futuro próximo do jornalismo ambiental no país. O desaparecimento desse tipo de pauta nos anos seguintes revelou como os meios de comunicação não souberam aproveitar as chances apresentadas durante a conferência, no sentido de orientar jornalistas a produzirem mais e melhores reportagens ambientais. As temáticas ecológicas foram engolidas por assuntos que se faziam mais apelativos naquele momento. E a sensibilidade dos editores-chefes não foi tocada pela continuidade do debate socioambiental.

Com o término da Rio-92, os cadernos especiais e editorias dedicadas exclusivamente aos assuntos ambientais não tardaram a desaparecer. As principais exceções ficaram por conta do jornal Estado de Minas, Estado de S. Paulo e Gazeta Mercantil (que continuavam a publicar matérias com regularidade); das revistas ECO21,

Ecologia e Desenvolvimento, Ciência Hoje; e dos programas Repórter ECO (da TV Cultura de São Paulo) e Globo Ecologia (da Fundação Roberto Marinho / TV Globo).

Um dos primeiros a acabar foi o próprio Caderno Ecologia, do Jornal do Brasil, em julho de 1992, resistindo até meados de 1993 como uma página semanal do jornal. Sem o mote da conferência, as editorias foram perdendo importância para outros acontecimentos que afloravam em âmbitos nacional e internacional.

O processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo, por exemplo, rendeu uma intensa cobertura midiática, que não dava mais chance a temas tão novos e meteóricos quanto os apresentados na Rio92. Fora do país, a reconstrução do leste europeu depois da queda do muro de Berlim e 1ª Guerra do Golfo reconquistaram as manchetes dos grandes veículos de comunicação mundiais.

Apesar da 'ressaca', a semente da comunicação ambiental estava plantada. E não demorou muito para que, no final dos anos 90, reportagens orientadas para esse fim reaparecessem – não com a frequência ou com a abrangência das que marcaram o período da ECO 92, mas com uma vontade de aprofundamento cada vez maior.

Mesmo com a cobertura da Rio92, uma pesquisa mostrou que o entendimento dos brasileiros sobre o que seriam questões ambientais não implicava em mudanças de atitude individuais nem coletivas por parte da população. A consciência ambiental estava relacionada à condenação de posturas a favor de prejuízos ambientais visíveis e pouco concretos no imaginário popular, como a destruição da Amazônia ou a captura de animais silvestres. Ainda na década de 90, mesmo com a efervescência das notícias ambientais decorrentes da Rio92, quase metade dos brasileiros entrevistados não era capaz de identificar um só problema ambiental na sua cidade ou país.

Na ocasião, alguns jornalistas ficaram incomodados com essa falta de informação por parte da população e ao perceberem urgência na mudança de paradigmas quanto ao consumismo e ao aproveitamento energético do planeta, resolveram informar ao público sobre a parcela de culpa que todos temos em relação aos desequilíbrios ambientais regionais, nacionais e globais. E aproveitaram para divulgar que uma das principais ameaças à sobrevivência do homem está ligada ao aumento de temperatura do planeta, causada pela própria atividade humana.

6.2 Conferência das Partes

A ECO 92 resultou na criação da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas[34], que entrou em vigor em 1994. O Brasil, que sempre atuou com destaque nas reuniões promovidas para discutir o tema foi o primeiro a assinar a Convenção do Clima em 1994. Em 1995 seus signatários, denominados de Partes, passaram a se reunir anualmente para discutir sobre a sua aplicação e funcionamento. Esses encontros ganharam o nome de 'Conferência das Partes' (COP), que é o órgão supremo da convenção.

A primeira COP (1995) aconteceu em Berlim, Alemanha, e iniciou o processo de negociação de metas e prazos específicos para a redução de emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos. As nações em desenvolvimento não foram incluídas na discussão sobre metas, respeitando ao princípio da Convenção que fala sobre "Responsabilidades comuns, porém diferenciadas". Foi então sugerida a criação de um protocolo a ser apresentado dois anos depois, em 1997, que viria a ser o *Protocolo de Kyoto*.

Nessa primeira conferência também houve avanço nos debates sobre cooperação internacional entre nações ricas e países em desenvolvimento. Foram aprovadas as "Atividades Implementadas Conjuntamente" (AIC) com o objetivo de ampliar a implantação de projetos de suporte financeiro e transferência de tecnologia.

A COP 2 (1996) ocorreu em Genebra, Suíça, e foi nesta conferência que as Partes decidiram estipular obrigações legais de metas de redução por meio da *Declaração de Genebra*. Além disso, foi dado outro importante passo: ficou decidido que os países em desenvolvimento poderiam solicitar à Conferência das Partes apoio financeiro para o desenvolvimento de programas de redução de emissões, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente.

6.2.1 *Protocolo de Kyoto*

A COP 3 (1997) em Kyoto, Japão, foi marcada pela adoção do *Protocolo de Kyoto*, um acordo internacional que visava a redução das emissões de gases-estufa nos países desenvolvidos (chamados Países do Anexo I) e garantia um modelo de

[34] (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC).

desenvolvimento limpo aos países em desenvolvimento. O tratado estimulava também a substituição do uso de derivados de petróleo por energia elétrica e gás natural.

Apesar de ter sido assinado por 84 países, nem todos cumpriram a intenção de ratificá-lo. Cerca de 30 o transformaram em lei, mas para o acordo entrar em vigor seria necessária a ratificação de no mínimo 55 países que somassem 55% das emissões globais de gases do efeito estufa. Isso aconteceu apenas em 16 de fevereiro de 2005, quando a Rússia decidiu se comprometer. [35]

O acordo impunha níveis diferenciados de reduções para os 38 países considerados os principais emissores de dióxido de carbono e de outros cinco gases-estufa. Isso por que os países do Anexo I eram os maiores responsáveis pelo efeito estufa intensificado – emitiam cerca de 55% dos gases-estufa -, causador do aquecimento global, enquanto os países em desenvolvimento estavam em uma etapa bem menos avançada do seu processo de industrialização.

Sendo assim, os países do Anexo I deveriam reduzir suas emissões em 5,2% em relação aos níveis medidos em 1990. Alguns países, no entanto, assumiram compromissos maiores: Japão – 6%, União Européia – 8% e Estados Unidos (que acabaram não ratificando o acordo), 7%. A meta de cada país era condizente com a sua realidade, levando em consideração suas fontes de energia mais relevantes, índice populacional etc.[36]

Para a China e os países em desenvolvimento, como o Brasil, Índia e México, inicialmente, não foram estabelecidos níveis de redução[37], o que gerou certa polêmica, pois apesar de não serem econômica e tecnologicamente tão desenvolvidos, esses países também respondiam por uma contribuição significativa ao efeito estufa e, portanto, deveriam também cumprir metas.

Inclusive, o fato de ainda estarem se desenvolvendo tornava menos difícil a mudança de suas matrizes energéticas. O que não significa dizer que os países desenvolvidos não têm mais como mudar suas fontes de energia. Todos podem, aos poucos, substituir suas matrizes energéticas por outras mais sustentáveis, bem como aumentar a utilização de biocombustíveis.

---

[35] Disponível em http://unfccc.int – acessado em abril 2010.
[36] Idem.
[37] Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/2001-efeito_estufa-protocolo_de_kyoto.shtml - acessado em maio de 2010.

> "É absolutamente indispensável a inclusão desses países em qualquer acordo internacional de combate às mudanças climáticas. A China e a Índia estão atrás somente dos Estados Unidos nas emissões de gases de efeito estufa. Se esses países não forem estimulados a diminuir as suas emissões, de nada adiantarão políticas para conter o efeito estufa. (...) O fato de esses países estarem crescendo é uma vantagem. É mais difícil um país como os Estados Unidos mudar a sua matriz energética do que países que ainda podem investir em fontes diferentes. A China, a Índia e o Brasil têm capacidade tecnológica de investir em fontes mais limpas".[38]

O *Protocolo de Kyoto* teve uma boa divulgação midiática, mas sua maior repercussão foi quando os Estados Unidos, país que mais emite dióxido de carbono, se retirou do acordo em março de 2001, sob a alegação de que os custos para a redução de emissões seriam muito elevados para a economia americana. Os EUA também contestaram a inexistência de metas para os países em desenvolvimento - uma 'vantagem econômica injusta' (FLANNERY, 2006: 267). Foi então aprovado o uso de sumidouros para cumprimento de metas de emissão, discutidos limites de emissão para países em desenvolvimento e a assistência financeira dos países desenvolvidos.

Quando o acordo entrou oficialmente em vigor, em 2005, os países já deveriam ter alcançado um progresso demonstrável. Essas metas deveriam ser cumpridas num prazo entre 2008 e 2012. Para tanto, os países envolvidos deveriam, entre outras coisas, melhorar a eficiência energética, promover reformas nos setores de energia e transporte, promover formas renováveis de energia e manejar 'sumidouros' de carbono, como florestas, terras cultivadas e pastagens.

Alguns membros poderiam até negociar suas cotas de emissões entre si, através do comércio de carbono, comprando e vendendo créditos de emissões. Outra possibilidade para os países industrializados ganharem créditos de carbono era financiando projetos de redução de emissões nos países em desenvolvimento.

Apesar de o *Protocolo de Kyoto* ter representado um importante avanço político no reconhecimento do problema do aquecimento global e aberto caminhos para o esforço pela mitigação do efeito estufa, percebe-se que, ainda que cumpridas, as metas teriam efeitos praticamente insignificantes.

Mediante a grandeza do processo de mudança climática que está em curso e a quantidade de emissões de gases de efeito estufa ocorridas nos últimos anos, a meta de

[38] Entrevista de James Lovelock à BBC Brasil (31/08/2004). Disponível em http://www.gaia-movement.org – acessado em abril de 2010.

5,2% em relação aos níveis de 1990 não é somente pouco ambiciosa, como praticamente inútil. De acordo com Flannery, "se vamos estabilizar o nosso clima, os objetivos de Kyoto precisavam ser aumentados em 12 vezes: cortes de 70% das emissões em 2050 são necessários para manter o CO2 atmosférico no dobro dos níveis pré-industriais"[39].

6.2.2 Desdobramentos do *Protocolo de Kyoto* e as outras COPs

A COP 4 (1998) aconteceu em Buenos Aires, Argentina, e centrou esforços para implementação *do Protocolo de Kyoto*. O chamado *Plano de Ação de Bueno Aires,* levou para o debate internacional um programa de metas que considerava a análise de impactos da mudança do clima e alternativas de compensação, AIC[40], mecanismos financiadores e transferência de tecnologia. A quinta COP (1999), em Bonn, Alemanha, implementou o *Plano de Ações de Buenos Aires* e deu início às discussões sobre a *mudança no uso da terra e florestas*, as AIC e o auxílio para capacitação de países em desenvolvimento.

A partir da COP 6 (2000) em Haia, Holanda, começaram a surgir impasses mais acentuados entre as Partes e as negociações ficaram suspensas pela falta de acordo, especificamente, entre a União Européia e os Estados Unidos, em assuntos relacionados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), mercado de carbono e financiamento de países em desenvolvimento, além de discordância sobre o tema *mudanças no uso do solo*. Uma segunda fase da COP 6 (COP 6 ½) foi então estabelecida em Bonn, na Alemanha, em julho de 2001, após a saída dos Estados Unidos do *Protocolo de Kyoto*.

O destaque da COP 7 (2001) em Marrakech, Marrocos, foi a definição dos mecanismos de flexibilização[41], a limitação do uso de créditos de carbono gerados de projetos florestais do MDL e o estabelecimento de fundos de ajuda a países em desenvolvimento voltados a iniciativas de adaptação às mudanças climáticas.

A COP 8 (2002) em Nova Delhi, na Índia, marcou a adesão da iniciativa privada e de organizações não-governamentais ao *Protocolo de Kyoto* e apresentou projetos

[39] (FLANNERY, 2006: 261).
[40] Atividades Implementadas Conjuntamente.
[41] Arranjos regulamentados pelo *Protocolo de Kyoto* que facilitam que as Partes (países) incluídas no Anexo I, ou seja, as compromissadas com redução de emissões, possam atingir suas metas de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Tais mecanismos proporcionam um menor impacto nas economias e no nível de desenvolvimento dos países compromissados.

para a criação de mercados de créditos de carbono. A Rio + 10, que aconteceu no mesmo ano e será explicada mais a frente, também influenciou as discussões durante a COP 8 sobre o estabelecimento de metas para uso de fontes renováveis na matriz energética dos países.

A COP 9 (2003) em Milão, Itália, teve como centro dos debates a regulamentação de sumidouros de carbono no âmbito do MDL, estabelecendo regras para a condução de projetos de reflorestamento - condição para a obtenção de créditos de carbono. Em 2004, as Partes aprovaram na COP 10 (novamente em Buenos Aires), as regras para a implementação do *Protocolo de Kyoto* e discutiram a regulamentação de projetos de MDL de pequena escala de reflorestamento/florestamento, o período pós-Kyoto e a necessidade de metas mais rigorosas. Também houve a divulgação de inventários de emissão de gases do efeito estufa por alguns países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

A COP 11 (2005) em Montreal, Canadá, foi a primeira conferência realizada após o *Protocolo de Kyoto* oficialmente entrar em vigor. Foi a primeira vez que a questão das emissões oriundas do desmatamento tropical e mudanças no uso da terra foi aceita oficialmente nas discussões no âmbito da Convenção.

A COP 12 (2006) em Nairóbi, África, financiou projetos de adaptação para países em desenvolvimento. O governo brasileiro propôs oficialmente a criação de um mecanismo que promovesse efetivamente a redução de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento em países em desenvolvimento, que, mais tarde, se tornaria a proposta de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação (REDD).

Na COP 13 (2007) em Bali, Indonésia, foi criado o *Bali Action Plan* (*Mapa do Caminho de Bali*), no qual os países passam a ter prazo até dezembro de 2009 para elaborar os passos posteriores à expiração do primeiro período do *Protocolo de Kyoto* (2012). Essa reunião estabeleceu compromissos mensuráveis, verificáveis e reportáveis para a redução de emissões causadas por desmatamento das florestas tropicais.

Também foi aprovada a implementação efetiva do *Fundo de Adaptação*, para que países mais vulneráveis à mudança do clima pudessem enfrentar seus impactos. As diretrizes para o financiamento e fornecimento de tecnologias limpas para países em desenvolvimento também entraram no texto final, mas não foram apontadas quais seriam as fontes e o volume de recursos suficiente para essas e outras diretrizes

destacadas pelo acordo, como o apoio para o combate ao desmatamento nos países em desenvolvimento e outras ações de mitigação.

A COP 14, em 2008 (Poznan, Polônia), ficou como um meio termo político entre a COP 13 e a expectativa pela COP 15, tendo em vista o cenário político mundial, com a eleição do presidente americano Barack Obama. Um avanço em termos de compromisso partiu das nações em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, México e África do Sul que demonstraram abertura para assumir compromissos não obrigatórios para a redução das emissões de carbono.

Por fim, aconteceu a 15ª COP, realizada em Copenhague, na Dinamarca, em 2009. Essa conferência gerou muitas expectativas. Todos esperavam que fosse um sucesso, ainda mais pela atitude dos países em desenvolvimento que estavam à frente de várias negociações. No entanto, o encontro foi uma grande decepção. Seus objetivos, metas e desdobramentos serão abordados no último item desse capítulo.

6.3 Rio + 10

Decorridos trinta anos desde a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo e dez anos após a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92), ocorre uma nova mobilização em escala mundial, convocando para a III Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), realizada em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul.

A Rio+10 surgiu como palco para expor e discutir os obstáculos e resistências encontrados na implantação da Agenda 21, em níveis local, nacional e internacional e como uma nova oportunidade de se repensar e analisar os principais problemas ambientais e humanos que afligiam as populações do globo.

Mesmo com elevação do nível de importância dos assuntos ambientais depois da Rio92, essa nova conferência não causou tanto impacto na imprensa brasileira. Talvez por ter sido considerada um fracasso por muitas ONGs, os veículos de comunicação brasileiros acabaram não dando muito crédito à cobertura do evento.

Apesar dos esforços despendidos nos dez anos entre uma conferência e outra, com inúmeras reuniões e debates travados, sobre propostas e resoluções, metas e indicadores, o balanço geral continuou não sendo animador e os conferencistas se viram

rediscutindo as mesmas questões levantadas com tanta esperança na Rio92, como temia Maurice Strong.

Foi preciso passar uma década para que os países discutissem não mais os planos para a Agenda 21, mas como implementá-la, já que muitos se deram conta de que para realizar as estratégias da Agenda, teriam que, de fato, alterar profundamente os padrões de produção, consumo e utilização de recursos naturais.

Muitos países resistiram às normas ambientais mais rígidas, como os EUA, se recusando a assinar tratados e protocolos, por alegarem prejuízos para suas respectivas economias nacionais. Acusando os países ricos de tentar retroceder em tópicos já definidos na Rio92, os porta-vozes dos países pobres chamaram a atenção para os impactos da ordem global responsável pelo alastramento da pobreza e exclusão social, além da degradação ambiental.

Comparado com a urgência dos problemas, os avanços reais no cumprimento das metas da Agenda 21 foram, portanto, insignificantes e as perspectivas de uma mudança nas atitudes políticas por parte dos governos não dão uma visão otimista do futuro. Enquanto perduram os duelos retóricos transferidos de uma Conferência para outra, crescem a pobreza e a marginalidade de uma imensa maioria da população mundial, sem que se diminuam o consumo, o desperdício e a devastação dos recursos naturais.

6.4 Avaliação Ecossistêmica do Milênio

O conceito de serviços ambientais, consolidado pela Avaliação Ecossistêmica do Milênio (AEM), consiste nos benefícios que os seres humanos obtêm da natureza e que são produzidos pelas interações que ocorrem no interior dos ecossistemas. Muitos desses serviços são essenciais à sobrevivência humana, outros apenas aumentam seu bem-estar.

Encomendada por Kofi Annan, quando secretário-geral da ONU, e lançada em 2005, a AEM tomou como base quatro convenções da ONU relativas a questões ambientais (Clima, Biodiversidade, Desertificação e Áreas Úmidas) e estabeleceu a capacidade de o planeta continuar provendo os recursos básicos, tanto para o setor de produção de bens e serviços, quanto para a sociedade em geral. O relatório foi elaborado por representantes de múltiplos grupos de interesse com a finalidade de prover uma base

científica para governos, sociedade civil e empresas assumirem ações que propiciem a conservação, o manejo sustentável e o uso dos ecossistemas e seus serviços.

Foram listados 24 serviços ambientais, divididos em categorias, considerados essenciais para a vida humana na Terra. Os *serviços de suporte* incluem a ciclagem de nutrientes, a produção de oxigênio, o sequestro de carbono e a formação de solos. Os *serviços de provisão* incluem alimentos, água doce, madeira e fibras e combustível. Os *serviços reguladores* são responsáveis pela regulação do clima, pelo controle de enchentes, pela qualidade da água e pelo controle de doenças. E os *serviços culturais* relacionam-se a valores estéticos, espirituais, religiosos, educacionais e de lazer.

O conjunto de serviços ambientais representa o capital natural do planeta que, infelizmente, está ameaçado pela ausência do direito de propriedade (não tem dono definido) e por não poder ser substituído por outro de mesma espécie, qualidade, quantidade e valor. Dos 24 serviços, 15 estão desaparecendo ou perdendo gradativamente a função. Na raiz do uso insustentável está o fato de serem definidos economicamente como produtos globais de uso comum.

A sustentabilidade é um dos oito objetivos básicos da Declaração do Milênio, acordada por 189 países na sede da ONU, em Nova Iorque, no ano 2000. Para garanti-la, o documento propõe a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais a fim de reverter a tendência da perda de recursos naturais. Outra meta que garantiria a sustentabilidade é que até 2015 a proporção da população sem acesso permanente à água deveria ser reduzida pela metade; e até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de áreas degradadas deveria ter recebido uma melhora considerável.

Obviamente essas metas não estão nem perto de serem cumpridas, até porque quem está no poder não sofre com esse tipo de problema (ainda), o que dificulta ainda mais qualquer tomada de atitude. E, para piorar, em outubro de 2006, a WWF alertou que a destruição dos recursos naturais para atender ao consumo humano já ultrapassa em 25% a capacidade de reposição dos ecossistemas, o que torna mais difícil o acesso das pessoas a essa riqueza natural.

O processo predatório dos agroecossistemas (privatização de terras e manejo insustentável) é outro perverso instrumento de manutenção da pobreza. A degradação do solo e a escassez de água, dois importantes recursos para a produção de alimentos, afetam particularmente a população pobre. Hoje, mais de 1,1 bilhão de habitantes não

têm acesso a água de qualidade e cerca de 2,6 bilhões de pessoas vivem sem serviços de saneamento básico.

E isso se torna mais triste ainda, quando paramos pra pensar que o mundo, em pleno século XXI, dispõe de tecnologia, meios financeiros e capacidade para acabar de vez com a crise da escassez de água e saneamento, exatamente como o fizeram, um século antes, os países que hoje são ricos. O que falta é a vontade de colocar isso como prioridade na Agenda.

6.5 COP 15

Apesar de a UNFCCC[42] se reunir anualmente, há uma década e meia, com o propósito de encontrar soluções para as mudanças climáticas, a 15ª Conferência das Partes ganhou importância especial. Considerado o maior encontro diplomático dos últimos tempos, a COP 15 reuniu, entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009, 192 líderes de países signatários em Copenhague (Dinamarca).

Desde a COP 13 em Bali (Indonésia), esperava-se que, finalmente, desta vez, fosse elaborado um acordo climático global para evitar o aquecimento global e prevenir maiores desastres climáticos: com metas quantitativas para os países ricos e compromissos de redução de emissões que pudessem ser mensurados, reportados e verificados para os países em desenvolvimento, mas o encontro foi um fracasso. O 'acordo' de Copenhague não passou de uma carta de intenções sem apoio unânime.

Às vésperas da conferência, inclusive, muitos líderes de 'peso' ainda não tinham confirmado sua presença. Isso aconteceu porque a diminuição da emissão de gases de efeito estufa implica em modificações profundas no modelo de desenvolvimento econômico e social de cada país, com a redução do uso de combustíveis fósseis, a opção por matrizes energéticas mais limpas e renováveis, o fim do desmatamento e da devastação florestal e a mudança de nossos hábitos de consumo e estilos de vida. E isso tudo gera um enorme gasto financeiro. Por isso, até agora, os governos não têm se mostrado dispostos a reduzir suas emissões de carbono do que deveriam.

Durante a COP 15 foram discutidos seis eixos principais. O primeiro deles, a *visão compartilhada*, deveria definir um ponto de vista comum em torno de uma meta

[42] Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC).

global de redução de emissões que levasse em conta as responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Isso significa que para evitar uma alta da temperatura superior a 2°C ainda neste século, os países mais industrializados que lançam uma quantidade maior de CO2 e outros gases estufa na atmosfera em função de seu modelo de crescimento econômico, deveriam arcar com uma parcela maior na conta do corte de carbono - 25% a 40% até 2020, e em 80% a 95% até 2050. Os países em desenvolvimento, por sua vez, deveriam se comprometer a frear suas emissões, optando por um modelo econômico mais verde. Isso possibilitaria que países como o Brasil, Índia e China, por exemplo, pudessem se desenvolver sem impactar o clima, diferentemente do que fizeram os países ricos.

O segundo eixo foi a *mitigação*. As nações industrializadas deveriam anunciar novas metas de redução de emissões, assim como os países em desenvolvimento deveriam apresentar compromissos internos não obrigatórios, mostrando preocupação em desviar sua curva de crescimento de emissões, apostando em eficiência energética e matrizes de energia limpa.

Para que as ações de mitigação fossem de fato eficientes, a COP 15 deveria discutir, além das metas, os mecanismos a serem implementados, tais como: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, REED[43] (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) e Medidas Nacionalmente Apropriadas de Mitigação (NAMAS[44]). Mas isso ficou só na carta de intenções.

O terceiro ponto foi a *adaptação,* para discutir principalmente a ajuda financeira a ser fornecida pelas nações ricas aos países em desenvolvimento onde estão concentradas as populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. Há intenso debate sobre a criação de um fundo internacional de adaptação. Na carta de intenções, está escrito que as nações ricas se comprometem a direcionar US$ 30 bilhões

[43] Proposto durante a COP 3, o REDD é um mecanismo de compensação financeira para preservação das florestas tropicais, que exercem papel central no equilíbrio climático. Por meio do REDD os países desenvolvidos poderiam investir em projetos para manter as florestas de pé em nações em desenvolvimento e poderiam ser gerados créditos do desmatamento evitado que seriam adquiridos pelos países desenvolvidos para abater em suas cotas obrigatórias de redução de emissões de gases estufa. O mecanismo é semelhante ao de créditos de carbono que já está sendo utilizado para este fim desde a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, em fevereiro de 2006. Por meio da criação de fundos ambientais seriam administrados os recursos oriundos dos créditos comprados pelos países desenvolvidos para proteger as florestas. Assim seriam remunerados fazendeiros que optassem por proteger a vegetação, mesmo podendo desmatar 20% de suas propriedades – conforme prevê o Código Florestal Brasileiro para a região amazônica. O dinheiro também serviria para apoiar atividades de uso sustentável dos recursos naturais, beneficiando diretamente as comunidades, bem como seria destinado ao fortalecimento das ações do poder público na região. (OLIVEIRA, 2009: 12)

[44] Sigla em inglês.

até 2012 para ajudar nações pobres a lidar com as alterações climáticas. Os EUA entram com US$ 3,6 bilhões; o Japão, com US$ 11 bilhões; e a União Européia, com US$ 10,6 bilhões . Os US$ 4,8 bilhões que faltam hão de ser financiados por alguém. Entre 2013 e 2020, o aporte seria elevado para US$ 100 bilhões por ano[45].

O quarto ponto discutido - novamente sem sucesso - foi a *transferência de tecnologia*. Para que os países em desenvolvimento possam ampliar seu comprometimento em mudar suas trajetórias de crescimento, com vistas a uma economia de baixo carbono, será necessário investimento em inovações e transferência de tecnologia. Além disso, esses países poderão investir em fontes limpas de energia, aumento da eficiência energética, substituição de combustíveis fósseis e redução de desmatamento.

Outro ponto foi o *financiamento*. As nações ricas deveriam destinar recursos financeiros para que os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos realizassem suas ações de mitigação e adaptação e desenvolvessem tecnologias. Atualmente, estima-se que esse montante seja de 150 bilhões de dólares até 2030, distribuídos entre as ações nacionais apropriadas que cada país deverá elaborar como parte da estratégia de mitigação e adaptação.

Esperava-se que os países assinassem os cortes de gases-estufa e que o encontro resultasse em medidas efetivas para resolver a ameaça do aquecimento global à sobrevivência da civilização humana na Terra. Mas omissão é a palavra que melhor define o resultado da COP 15. O fruto de dois anos de preparativos e duas semanas de conferência foi uma carta de intenções com duas laudas e meia (12 parágrafos), feita às pressas na madrugada do fim do evento, em uma reunião de emergência organizada pelos líderes mundiais para tentarem chegar a um acordo sobre o plano de combate às mudanças climáticas. Como não chegaram a um consenso, elaboraram apenas uma carta de intenções, que não tem força de lei.

Sem metas e com algumas cifras[46] a carta de intenções deixou a desejar. Mesmo que o texto tivesse valor de legal, não vincularia ninguém a nada muito decisivo, pois o documento não explica como o dinheiro será captado e administrado, nem quais mecanismos institucionais seriam responsáveis pela gestão dos recursos.

[45] Disponível em http://www.cop15brasil.gov.br – acessado em abril 2010.
[46] Disponível em http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/application/pdf/cop15_cph_auv.pdf - (§ 8º) - Acessado em maio 2010.

Segundo Carlos Nobre, cientista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), “um acordo com valor legal seria importante para que todos assumissem suas responsabilidades. Quando os impactos mais graves das mudanças climáticas começarem a aparecer, pode ser tarde demais”[47]. Já para Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, a declaração de intenções é um “começo essencial” para a próxima reunião sobre aquecimento global, que acontece em 2010, no México.[48]

Ao final do encontro, os países admitiram que, de fato, seria bom evitar uma alta da temperatura em 2°C neste século. Daqui a cinco anos volta-se ao debate para ver se não é ainda melhor deixar escrito que é sensato tentar impedir uma alta de 1,5°C[49], um afago para as ilhas que podem desaparecer sob as águas com uma alta da temperatura superior a um grau centígrado e meio.

Ficou decidido que o “detalhe” da redução das emissões a médio prazo (2020) seria enviado para a ONU no início de 2010: cada país providenciaria "informações nacionais" contando como estavam combatendo o aquecimento global[50] – ou não. Os objetivos de longo prazo (2050), por sua vez, não foram sequer mencionados.

Quanto à cobertura midiática, a imprensa até que tentou fazer a sua parte: durante o ano de 2009 foram noticiados, por algumas vezes, os preparativos e decisões para a 15ª Conferência das Partes, até por que o Brasil levou metas ousadas para Copenhague e estava na linha de frente da articulação para que os países desenvolvidos fizessem a sua parte, reduzindo emissões e financiando o desenvolvimento sustentável nas nações mais pobres.

O jornal O Globo, por exemplo, no período de 7 a 21 de dezembro de 2009, criou dentro da editoria de Ciência uma página especial (‘Copenhague 2009’) para falar sobre a Conferência de Copenhague. Nesta página eram divulgados os objetivos do encontro, as propostas e as polêmicas metas dos países, as expectativas da população, os protestos de ativistas e todo e qualquer outro assunto relacionado a decisões políticas sobre o evento. Outras editorias também abordaram a COP 15, mas com outros focos que também não o meio ambiente.

Foi bastante discutida também a questão das fontes renováveis de energia, principalmente a polêmica energia nuclear, que não emite CO2, mas, em compensação,

[47] O Globo - 20/12/2009. p.51
[48] Idem. p.52
[49] Disponível em http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/application/pdf/cop15_cph_auv.pdf - (§ 12º) - Acessado em maio 2010.
[50] Idem. (§ 4º).

produz lixo radioativo. O meio ambiente era abordado também nas matérias sobre cataclismos e problemas ambientais que também entraram na página da ‘Copenhague 2009’. Elas serviam de gancho para falar do aquecimento global, mas muito supercialmente e com um tom, por vezes, sensacionalista e alarmista, em vez de didático e com propostas e alternativas.

Sem dúvidas, da Rio 92 à COP 15, houve uma melhora significativa na cobertura de meio ambiente. No entanto, falta ainda uma abordagem maciça da mídia. O cidadão continua blindado contra a informação de profundidade. Falar na TV sobre o clima, aproveitando o gancho dos cataclismos que ocorreram, não é suficiente. Fazer uma abordagem interessante vez ou outra sobre o meio ambiente também não. Esse tema requer uma base de conhecimentos que a maioria da população não tem. E já que a educação básica também não ensina, caberia à mídia o papel de informar.

7. Conclusão

Não tem sido fácil escrever sobre mudanças climáticas: esta área relativamente nova do noticiário provoca nossos condicionamentos. Como jornalistas e leitores, preferimos notícias com respostas claras e rápidas. Desta vez, porém, estamos diante de transformações ambientais, sociais e políticas nebulosas, cheias de incertezas e sem respostas imediatas, além de sugerirem formas de ver a realidade que ainda não estão plenamente articuladas.

Ainda é um desafio para os jornalistas escreverem na mídia sobre temas ambientais e sustentabilidade, porque eles têm que compatibilizar dois reinos aparentemente opostos: enquanto a agenda ambientalista implica uma visão de longo prazo histórica, social, institucional e sistêmica, as notícias da grande mídia trazem episódios imediatos, singulares e espetaculares.

Reconhecer e, se possível, superar o desejo pelo espetáculo talvez ajude a dar a cada área o tratamento mais adequado. É importante olhar perto (para os problemas mais próximos) sem deixar de olhar longe; e procurar ouvir não só os cientistas, mas dar voz a especialistas de outras áreas e grupos sociais; e ousar um pouco mais ao expor e tratar esses novos problemas.

O desafio de aperfeiçoar o trabalho jornalístico não persegue apenas quem escreve sobre ciência ou ambiente: "o profissional da imprensa deve dialogar com as ideias que apresenta em vez de apenas as transmitir como um carteiro desatento" [51]. Estamos, portanto, diante da possibilidade de um salto no papel do jornalista: de intermediário – entendido como aquele que transporta uma ideia ou informação sem a transformar – para mediador, definido como um ser que transforma e negocia significados, nem sempre aceitando o que os protagonistas esperavam que fosse aceito, mas sim aproximando pólos distantes e, em essência, fazendo as coisas acontecerem.

Obviamente, as mudanças do mundo não estão apenas nas mãos da mídia, mas de todos. A individualidade pregada pelo capitalismo faz com que ele se desenvolva de maneira agressiva e devastadora. O estilo de vida idealizado por esse sistema é predatório, pois tem como base a dominação, exploração e devastação dos bens naturais esgotáveis. E é preciso estar atento, pois, o capitalismo faz manobras de manipulação para confundir as pessoas quanto à dubiedade e precariedade desse sistema.

[51] (COELHO in "Rumos do Jornalismo**".** 2007: 24-29).

> "O capitalismo tem dimensões senis, ultrapassadas e, insisto, medíocres devendo, pois, ser superado por modalidades mais avançadas de organização econômica e social. Inúmeros argumentos contrários a essa posição podem surgir com aparente vigor e pertinência: o capitalismo é um modo de produção sofisticado e coeso, que tem legitimidade construída pela conjugação da teoria liberal com o senso comum; seus defensores são poderosos e utilizam instrumentos complexos para reprimir ou seduzir as vozes dissonantes. Enquanto sistema total, articulando reprodução material e social, ele se apresenta como horizonte intransponível na medida em que as resistências são fragmentadas e constrangidas" (CATTANI, 2003: 10)

Talvez por isso as conferências pelo clima, que mostram uma tentativa sincera e incessante de diminuir as emissões de gases-estufa e preservar o meio ambiente, não consigam estabelecer e implantar metas. Não é do interesse da maioria (inclusive daqueles que levam as propostas para as conferências) que seja dado um fim ao sistema capitalista. Como a transformação pode ser possível se os próprios líderes, que deveriam aprovar medidas sustentáveis, temem que as mudanças na matriz energética, nas relações comerciais ou na exploração dos recursos naturais afetem negativamente a economia de seus países? Falta iniciativa por parte dos governantes. Falta perder o medo do novo. Essa é a razão de tantas discussões e atrasos para a aplicação de novas medidas que venham a minimizar o desequilíbrio de Gaia.

Desde a década de 1970 - quando o jornalismo ambiental ainda engatinhava – se fala da necessidade de transição do modelo exploratório para o sustentável a fim de evitar a total destruição do planeta. Mas a imagem que temos do aquecimento global é unilateral. Só vemos fábricas e congestionamentos. Onde estão as campanhas públicas para conscientizar a população da relação entre o aquecimento global e o consumo de carne?

O consumo é a lei que move o sistema capitalista. A carne é a causa número um do aquecimento global. Os consumidores poderiam fazer uma enorme diferença mudando suas dietas. Se não mudarmos nossos hábitos alimentares, estaremos consumindo 450 bilhões de quilos de carne em 2050. Se isso acontecer, o impacto ambiental aumentará drasticamente.

Segundo o Dr. Henning Steinfeld, da FAO, "as medidas e opções tecnológicas estão disponíveis para reduzir esses impactos, o que falta é interesse político para lidar com isso e para transformar o setor da criação de animais em algo mais sustentável".

A gigante indústria de granjas industriais nos EUA, o alto nível de consumo de carne no mundo ocidental se movimentam às custas do clima, biodiversidade, água potável e alimento das pessoas mais pobres do mundo. Até a metade do século poderá haver 150 milhões de refugiados de catástrofes. Reduzir o consumo de carne significa reduzir a emissão de gases-estufa para a atmosfera, o que contribuirá para a redução do aquecimento global e, consequentemente, diminuição dos cataclismos que estão por vir.

É preciso fazer escolhas se quisermos ser ambientalmente responsáveis e para isso precisamos saber dos impactos dos diversos tipos de alimentos. Muita gente se pergunta de onde irão conseguir o cálcio para os ossos, ferro para o sangue e as vitaminas e minerais que precisamos para sermos saudáveis se pararem de consumir carne e derivados. A publicidade e os produtores de alimentos fizeram tanto para nos doutrinar que acabamos quase acreditando: “o leite é essencial, a carne faz bem, o queijo é saudável para todos”. Mas quem se beneficia mais com a carne, leite e derivados? O consumidor ou o produtor? Será que realmente precisamos de toda essa proteína animal? Segundo o Dr. John Powles (Public Health and Primary Care da Universidade de Cambridge) diminuir o consumo de carne a menos da metade não traria nenhum dano significativo à saúde, pelo contrário, traria muitos benefícios.

Os hábitos de consumo de uma determinada sociedade estão direta ou indiretamente ligados à situação de desigualdade e exclusão social no mundo. Essas relações de causa e efeito precisam ficar mais claras para as populações. A mídia precisa ajudar na difusão desse pensamento. O agravamento das questões ambientais deveria impulsionar os meios de comunicação a desvelar os efeitos negativos do consumismo.

A cada objeto que se compra, a cada roupa, sapato, aparelho eletrônico de última geração e até mesmo a cada alimento industrialmente fabricado, consome-se energia. Ao se praticar hábitos consumistas, bem como tomar banho demorado, manter luzes acesas sem necessidade, deixar aparelhos elétricos ligados - mesmo que em *stand by* -, joga-se fora parte da preciosa e cara energia que mantém o mundo capitalista em funcionamento.

A preocupação com a geração de lixo também é fundamental. Pare para pensar que todo alimento industrializado consumido por você vem embalado e que esta embalagem virará lixo tão logo o produto for consumido. Agora repare que a produção dessa embalagem, que é lixo, demandou uma enorme quantidade de energia para ser produzida (e aí envolve energia humana, eletricidade, água, e por aí vai...). Você conclui

que toda essa energia foi gasta para produzir o lixo que embalará o alimento que você irá consumir. Faz sentido?

Não! E é aí que paramos para observar a nossa alimentação. Sim, porque o alimento que veio embalado no lixo provavelmente também não fará muito bem ao seu organismo: ele precisa de uma infinidade de conservantes (tóxicos) para não estragar, no entanto, causam um belo estrago dentro do seu organismo. Lembre-se que quanto mais simples for a sua alimentação, melhor, e que se o alimento for industrializado ele já é bem complexo. Se você come alimentos vivos, sua energia aumenta; se consome alimentos sem vida (cozidos, mortos...), sua energia diminui. Considero a alimentação a base para a mudança rumo à sustentabilidade. Pensar na quantidade de lixo gerada devido aos nossos hábitos de consumo e se preocupar em ingerir alimentos que causam pouco impacto ambiental é pensar sustentavelmente.

E o que é feito com o lixo quando nos desfazemos dele? São despejados em um aterro, que é um grande buraco no chão, ou incinerados e depois despejados em um aterro. As duas formas poluem o ar, o solo, a água, e contribuem para a alteração do clima. A incineração é realmente ruim, pois ao queimar o lixo os tóxicos da fase da produção são liberados no ar. Pior ainda, viram super-tóxicos, como a dioxina, que é a substância mais tóxica feita pelo homem.

Reciclar ajuda, uma vez que reduz o lixo para tratamento. Mas só reciclar não é suficiente, por duas razões: primeiro, o lixo que vem de nossas casas é apenas a ponta do iceberg. Para cada saco de lixo que deixamos na esquina, 70 sacos de lixo são criados anteriormente só para fazer o lixo desse saco que deixamos na esquina. Assim, mesmo que pudéssemos reciclar 100% do lixo das nossas casas não se chegaria ao coração do problema.

Além disso, grande parte do lixo não pode ser reciclada ou porque contém demasiados tóxicos, ou porque é criado de início para não ser reciclável.Como aquelas caixas de suco que têm camadas de metal, papel e plástico, todas coladas. Não dá para separar essas camadas para reciclá-las. Como se vê, é um sistema em crise. Por todo o percurso, esbarramos em limites.

Muita gente que defende as causas ambientais, peca nas suas atitudes diárias: não se preocupa com a alimentação, em economizar energia e água, não opta pelo transporte coletivo, não anda a pé ou de bicicleta para percorrer pequenos trajetos e não dá preferência a veículos movidos a combustíveis renováveis.

Aderir às causas ambientais não é só uma questão teórica. A mudança e a transformação só acontecem na prática. Toda mudança é delicada e requer um período de adaptação. Não é preciso alterar todos os seus hábitos, mas é importante ter consciência de suas escolhas. Se todo mundo experimentasse tornar suas atitudes mais sustentáveis, observe quanta coisa existente no mundo hoje deixaria de ser necessária.

Ser sustentável é pensar coletivamente, pensar no próximo. A principal preocupação da sustentabilidade deve ser com o meio ambiente e com o Ser, que é parte integrante dele. Ela se mostra, portanto, incompatível ao modelo econômico vigente. Até quando continuaremos sendo causadores e vítimas de cataclismos cada vez mais fortes e devastadores?

A crença nos valores civilizatórios, como cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e a justiça social levam a uma mudança de postura, de atitude, de comportamento. Isso muda a sua relação com o próximo, que por sua vez muda com o outro e assim, como que num efeito dominó, influencia a mudança no sistema todo.

O resgate dos valores humanos ajudará na criação de esforços reais para a colocação de ideias sustentáveis em prática, como a reformulação de políticas públicas, voltadas realmente para a redução de desigualdades sociais e conservação dos recursos naturais. Sem dúvidas, a mídia terá um importante papel na divulgação dessas políticas e, junto à sociedade, na cobrança dos resultados.

> "Analisados sob perspectivas holísticas ou microssociais ou avaliados em termos materiais ou espirituais, os resultados de mais de duzentos anos de domínio do modo de produção capitalista apontam para a necessidade de construir uma outra economia para atender às demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada". As necessidades de justiça, de respeito humano, de realizações materiais mais aperfeiçoadas se fazem sentir por todo o mundo. No lugar da concorrência fratricida, os sentimentos que emergem com força em alguns grupos são os da cooperação e da solidariedade; no lugar da devastação da natureza, a relação respeitosa com as múltiplas formas de vida; em vez do processo de acumulação e concentração irracionais da riqueza, a generosidade da partilha e da doação". (CATTANI, 2003: 10)

Se a gente muda, o mundo muda. Precisamos, então, refletir e avaliar todos os nossos atos. Devemos realmente ser a mudança que queremos ver no mundo, como disse Gandhi. Isso não é utópico! Todo modelo econômico, como o próprio nome

sugere, é baseado na economia, que não precisa ser sinônimo de dinheiro, lucro, acúmulo e ganância. Ela pode assumir várias formas, que nem sempre implicam na aquisição e valorização do capital em detrimento do homem e da natureza. Já dizia o sociólogo e professor Cattani[52] que "a outra economia é plural". Acredito que um mundo melhor é possível e que ele será construído pelas realizações concretas da "outra economia", sustentável, coletiva.

E a parte boa de um problema tão generalizado é haver tantos pontos de intervenção. Há pessoas trabalhando para salvar florestas e reivindicando por uma produção limpa. Pessoas trabalhando em direitos do trabalho, em comércio justo, em consumo consciente, no bloqueio de aterros e incineradoras. E, muito importante, pessoas lutando para que os governos sejam realmente pelas pessoas e para as pessoas.

Todo este trabalho é criticamente importante, mas as coisas vão realmente começar a se mover quando enxergarmos as ligações, quando enxergarmos o panorama geral. Quando as pessoas ao longo do sistema se unirem, poderemos reivindicar e transformar este sistema linear em algo novo, em um sistema que não desperdice recursos ou pessoas.

Porque aquilo de que precisamos nos livrar é da antiga mentalidade de usar e jogar fora. Há uma nova escola de pensamento neste assunto e é baseada em sustentabilidade e equidade: química verde, zero resíduos, produção em ciclo fechado, energia renovável, economias locais vivas. Já está acontecendo.

[52]Autor e organizador do livro "A outra economia – dicionário internacional". Essa publicação é um importante referencial teórico e conceitual para pesquisadores e ativistas das diferentes manifestações da economia solidária. Foi traduzido para o francês, espanhol e italiano e todas as tiragens estão esgotadas.

8. Referências Bibliográficas

Livros

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa.** Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CAPRA, Fritjof. In: GONZALEZ, Dr. Alberto Peribanez. **Lugar de Médico é na Cozinha: cura e saúde pela alimentação viva.** São Paulo: Alaúde Editorial, 2008.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia – dicionário internacional**. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

COELHO, Teixeira. "**Outros olhares" In Rumos do Jornalismo Cultural**. Summus Editorial e Itaú Cultural: 2007.

FANZERES, Andréia de Matos Peixoto. **Rotinas Produtivas sobre Meio Ambiente e Perspectivas do Jornalismo Ambiental no Brasil**. Monografia de Graduação do curso de Comunicação Social habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FLANNERY, Tim. **Os senhores do clima: como o homem está alterando as condições climáticas e o que isso significa para o futuro do planeta.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

GASPARINI, Fernando. **Mídias, ocultamentos e revelações: tragédia ambiental e capitalismo.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação do curso de Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2006

GONZALEZ, Dr. Alberto Peribanez. **Lugar de Médico é na Cozinha: cura e saúde pela alimentação viva.** São Paulo: Alaúde Editorial, 2008.

HART, Stuart L. **O capitalismo na encruzilhada: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Org). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

ODUM, Eugene P. In: ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

OLIVEIRA, Elizabeth. **É hora de repensar o desenvolvimento: engajamento da mídia é fundamental.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral (FDC) – Vale. Rio de Janeiro: 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Organizador Emir Sader. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004. - *Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização.*

SHANKAR, Sri Sri Ravi. **Sabedoria para o novo milênio.** 2 ed. Rio de Janeiro: Arte de Viver, 2008.

TRIFFIN, Robert. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Organizador Emir Sader. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004. - *Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização.*

TRIGUEIRO, André. **Espiritismo e ecologia**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2009.

TRIGUEIRO, André. Mídia. In: TRIGUEIRO, André (Org). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TRIGUEIRO André. **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação.** São Paulo: Globo, 2005.

VIANNA, Ana Elisa Piani Besserman. **Aquecimento global: diálogo ciência e mídia – por uma análise do fenômeno e sua repercussão no jornalismo impresso.** Monografia de Graduação do curso de Comunicação Social habilitação Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

Jornais e revistas

REVISTA FILOSOFIA, Ano II, nº 3.

O GLOBO. **'O esforço terá que ser muito maior'**. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações S.A., 20/12/2009. Editoria Ciência. p.51 e 52.

O GLOBO. **Metade dos gases-estufa vem da pecuária.** Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações S.A., 11/12/2009. Editoria Ciência. p.40.

O GLOBO. Rio de Janeiro: Infoglobo Comunicações S.A., 07/10/2009 a 20/12/2009. Editoria Ciência. Todas as matérias da editoria.

Websites visitados

www.gaiamovement.org – Entrevista da BBC Brasil com o cientista James Lovelock. 31 de agosto de 2004.
http://www.pegadaecologica.org.br

www.cultivando.com.br
http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/application/pdf/cop15_cph_auv.pdf - Decisão da COP 15
http://unfccc.int – website da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)
http://alainet.org
www.planalto.gov.br
http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br
http://www1.folha.uol.com.br
http://www.cop15brasil.gov.br
http://www.tvcultura.com.br
http://g1.globo.com
http://oglobo.globo.com
http://planetasustentavel.abril.com.br
www.vegetarianismo.com

Documentários assistidos

GORE, Al. **Uma verdade inconveniente.** EUA: Laerence Bender Productions / Participant Productions, 2006.

LEONARD, Annie. **The story of stuff (A história das coisas)**. Free Range Studios coisas / Christopher Herrera / Tides Foundation / Funders Workgroup for Sustainable Production and Consumption.

PIERSON, Fundação Nicolaas G. **Meat the truth** - Uma Verdade Mais que Inconveniente**.** Palestra transformada em documentário, apresentado por Marianne Thieme, líder do Partido Pelos Animais holandês.